SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIJANE DOS SANTOS ARAÚJO

ENTRE A HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: PERCEPÇÕES DE DOCENTE E DISCENTES DO 9º ANO DA ESCOLA TEOTONIO VILELA

Marabá – PA

2020

DIJANE DOS SANTOS ARAÚJO

ENTRE A HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: PERCEPÇÕES DE DOCENTE E DISCENTES DO 9 ANO DA ESCOLA TEOTONIO VILELA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Letras e Linguagens na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Lucivaldo Silva da Costa.

Marabá - PA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Araújo, Dijane dos Santos
Entre a heterogeneidade da língua e o preconceito linguístico: percepções de docente e discentes do 9 ano da Escola Teotonio Vilela / Dijane dos Santos Araújo ; orientador, Lucivaldo Silva da Costa. — Marabá : [s. n.], 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2020.

1. Linguística - Estudo e ensino – Canaã dos Carajás (PA). 2. Preconceitos – Linguagem. 3. Língua portuguesa – Aspectos sociais. 4. Escola – Estudo de casos. I. Costa, Lucivaldo Silva da, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. IV. Título.

CDD: 22. ed.: 410

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa - CRB2/391

DIJANE DOS SANTOS ARAÚJO

ENTRE A HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: PERCEPÇÕES DE DOCENTE E DISCENTES DO 9 ANO DA ESCOLA TEOTONIO VILELA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Ao primeiro dia de setembro de dois mil e vinte, às dezesseis horas, na Sala Virtual de Videoconferência "**meet.google.com/ssk-uksm-piz**", com transmissão pública no canal da Fecampo no *YouTube* (**www.youtube.com/channel/UCbdWKAQEYF2hGpbyKMk7fyQ**), realizou-se a defesa de TCC da estudante **DIJANE DOS SANTOS ARAÚJO**, matrícula n° **201440201019**, curso de Licenciatura em Educação do Campo, intitulado: **"ENTRE A HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: PERCEPÇÕES DE DOCENTE E DISCENTES DO 9 ANO DA ESCOLA TEOTONIO VILELA"**, para obtenção de conceito no Trabalho de Conclusão de Curso. Depois de declarada aberta a sessão, o senhor presidente deu a palavra à aluna e em seguida às examinadoras para as devidas arguições, que se desenvolveram nos termos regimentais. Em seguida, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, decidindo atribuir ao trabalho o conceito **EXCELENTE**. À vista deste resultado, a estudante foi considerada **APROVADA**. Para constar, a Secretaria da Fecampo redigiu a presente Ata, que vai assinada pelos(as) senhores(as) membros(as) da Banca Examinadora.

Marabá-PA, 01 de setembro de 2020.

Lucivaldo Silva da Costa

Prof. Dr. Lucivaldo Silva da Costa (Orientador)
Fecampo/Unifesspa

Prof.ª Dra. Paola Giraldo Herrera (Examinadora)
Fecampo/Unifesspa

Quélvia Souza Tavares

Prof.ª Ma. Quélvia Souza Tavares (Examinadora)
IFPA

Marabá -PA

2020

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, pelo amor e credibilidade, por orientar meus caminhos e por me ensinar que é através da educação que podemos transformar o mundo e a única coisa que ninguém poderá nos roubar. Aos meus três filhos e meu esposo, que, com seu amor e carinho, revitalizam minha autoestima e me motivam a cada dia doar o melhor de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela saúde e pela fé, garra e determinação que me fortalecem para enfrentar os contratempos da vida.

Aos meus pais, Manoel Messias e Maria Iraneide, que, com humildade e renúncia de seus próprios sonhos e anseios, dedicaram-se a me educar. Com seus exemplos de responsabilidade, deram-me suporte, pegando em minha mão, guiaram-me pelo caminho correto até que eu pudesse seguir sozinha e voar, nutrida por seus incentivos, sua dedicação, ajuda e amor, durante toda a minha vida. A eles toda a minha gratidão e amor.

Aos meus irmãos, Rejane, Renon, Lázaro e Leandro, pelos momentos compartilhados com amor e pelas memórias de infância que se tornaram especiais, porque nos fizeram ser o que somos hoje.

À minha família abençoada, Valdiney, Alberth Antônio, Deivid Luan e Kauan Araújo, por estarem ao meu lado nos momentos de angústia, nos momentos felizes e nos momentos em que tivemos problemas de saúde dando sempre suporte um ao outro.

Aos meus cunhados, Cosmo, Valderi, Valdenice, Valdeide e aos meus sogros Sebastiana e Valdeci que contribuíram nessa caminhada.

Ao meu professor orientador, Dr. Lucivaldo Silva da Costa, pela paciência e instrução

Aos professores do curso de Licenciatura de Educação do Campo pela formação e estímulo em minha caminhada como educadora em formação;

Aos meus colegas da turma Letras e Linguagem/2014, que, em meio aos diálogos e reflexões acerca da Educação, compartilharam aprendizados em momentos de interação dentro e fora do espaço universitário.

Agradeço aos colaboradores e comunidades das escolas do campo públicas dos municípios de Itupiranga e Canaã dos Carajás e a professores (as) que se dispuseram a contribuir nos estágios, sem os quais não seria possível a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo investiga o ensino de língua portuguesa e o preconceito linguístico na escola Teotônio Vilela. Seu principal objetivo é analisar como a variação linguística tem sido tratada na Escola e quais ações pedagógicas a escola tem implementado para diminuir e quiçá cessar o preconceito linguístico. Optou-se por uma abordagem qualitativa e quantitativa, desenvolvida com revisão bibliográfica e seguida de uma pesquisa de campo com aplicação de questionário a 8 alunos do 9º ano do ensino fundamental da escola Municipal Teotônio Vilela, localizada na zona rural do município de Canaã dos Carajás - PA e uma professora de português que leciona no Ensino Fundamental, nessa mesma escola. Os resultados desta pesquisa apontam para a existência de preconceito linguístico advindo de um preconceito social disfarçado em um discurso político-ideológico que em nada contribui em melhorias para a escola. É necessário, portanto, que se busque a implementação de atividades pluridialetais no âmbito escolar para que a escola compreenda que as diferentes formas de interação verbal são plenamente válidas e adequadas aos seus contextos sócio - interacionais e que a dita norma culta nada mais é senão mais uma variedade linguística inspirada na modalidade escrita da língua e que em nada tem de melhor em relação a outras variedades linguísticas. Porém, por força de imposição de interesses de grupos hegemônicos, ela é considerada modelo para todos os grupos sociais.

Palavras-chave: Escola Teotônio Vilela; Concepção de Língua; Preconceito Linguístico.

LISTA DE FIGURAS.

FIGURA 1 - PRODUÇÃO DE CRIAÇÃO DE GADO..... 20
FIGURA 2 – VISTA DO PÁTIO DA ESCOLA TEOTÔNIO VILELA..... 22
FIGURA 3 TRANSPORTE ESCOLAR QUE TRAZ E LEVA OS ALUNOS PARA A ESCOLA TEOTÔNIO VILELA 23
FIGURA 4 - ESCOLA TEOTÔNIO VILELA EM CANAÃ DOS CARAJÁS..... 24
FIGURA 5 – ESPAÇO DA BIBLIOTECA DOS ALUNOS DA ESCOLA TEOTÔNIO VILELA 24
FIGURA 6 - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS COM OS ALUNOS NA ESCOLA TEOTÔNIO VILELA EM CANAÃ DOS CARAJÁS..... 46

LISTA DE GRÁFICO.

GRÁFICO 1- ANÁLISE SOBRE NÍVEL DE INSTRUÇÕES ESCOLARES DOS PAIS DOS DISCENTES PESQUISADOS..... 47
GRÁFICO 2- ANÁLISE SOBRE LUGARES EM QUE MAIS HOUVERAM DESTAQUE ACERCA DO PRECONCEITO 49
GRÁFICO 3 – ANÁLISE SOBRE CONSELHO NA FORMA DE FALAR..... 50
GRÁFICO 4 – ANÁLISE SOBRE EXCLUSÃO DE DETERMINADOS GRUPOS PELO USO DA VARIAÇÃO DESPRIVILEGIADA 51
GRÁFICO 5 – ANÁLISE SOBRE AÇÃO DO PROFESSOR AO PRESENCIAR A PRÁTICA DE PRECONCEITO LINGUÍSTICO. 53
GRÁFICO 6- ANÁLISE SOBRE ATITUDES PRECONCEITUOSAS NOS ESPAÇOS DE INTERAÇÕES SOCIAIS 55
GRÁFICO 7 – ATUAÇÃO PARA O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO 56
GRÁFICO 8 – ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS QUE O PROFESSOR COSTUMA CORRIGIR OS ALUNOS SOBRE AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS..... 57
GRÁFICO 9 – ANÁLISE SOBRE O QUE SE CONSIDERA FEIO OU ERRADA NOS TIPOS DE SOTAQUE. 58
GRÁFICO 10 – SOTAQUES REGIONAIS..... 59

Sumário

INTRODUÇÃO 10

1. A COMUNIDADE VP 21 E A ESCOLA TEOTÔNIO VILELA 13

1.1 Breve históricos das práticas culturais. 13

1.2 Históricos da VP 21 14

1.3 A Escola Teotônio Vilela 21

1.3.1 Perfil da diretora 25

1.3.2. Perfil da coordenadora pedagógico 26

1.3.3 Perfil da Professora 26

1.3.4 Perfil dos Alunos 27

2. SOCIOLINGUÍSTICA, ENSINO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO 28

2.1 Sociolinguística 28

2.2 Variação Linguística 29

2.3 Norma Padrão vs Norma Culta 31

2.4 A Democratização da Escola no Brasil e suas Implicações no Ensino de Língua 32

2.5 Preconceitos Linguísticos 38

3.0 ANÁLISES DE DADOS 41

3.1 Procedimentos da Pesquisa 41

3.2 Práticas pedagógicas e concepções de linguagem da docente entrevistada 42

3.4 Análises das Entrevistas com Alunos 45

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa investigar como a variação linguística tem sido tratada na escola Teotônio Vilela nas aulas de língua portuguesa. Que contribuições a Escola tem dado para diminuir o preconceito linguístico? As desigualdades linguísticas e sociais têm se tornado práxis na sociedade e, na maioria das vezes, as vítimas de práticas preconceituosas não percebem como acontecem e o que elas podem causar na vida das pessoas por já estarem naturalizadas na/pela própria sociedade.

As atividades de Pesquisa Socioeducacional e Estágio Docência foram fundamentais para a construção desse Trabalho de Conclusão do Curso, pois, durante essas atividades, nos foi possível registrar as histórias de vida dos sujeitos e fazer um levantamento dos aspectos históricos e sociais implicados na construção da comunidade e na produção e transmissão de seus saberes e fazeres, tanto no ambiente escolar, quanto em outros espaços de socialização na comunidade. Nessas atividades, também foi realizada investigação e sistematização desses saberes e fazeres e a produção de material de apoio pedagógico ao ensino/aprendizagem no ambiente escolar e não escolar.

Igualmente fundamental à construção desta pesquisa foram as entrevistas realizadas com os atores da escola: diretora, coordenadora, professora e alunos. Com respeito à professora, além da entrevista, fizemos observações de sua prática pedagógica em sala de aula com uma turma do 9º ano, objetivando perceber como ela tem desenvolvido o trabalho de ensino de Língua Portuguesa e que concepção/concepções de língua/linguagem/gramática orientam sua prática docente. Assim também foram de fundamentais importância a coleta de narrativas orais da diretora e coordenadora que também me fizeram perceber a relevância desse estudo para compreensão da própria realidade escolar e social acerca do presente estudo.

Utilizamos o método qualitativo e quantitativo para realizar a presente pesquisa. A pesquisa qualitativa possibilita ao entrevistador compreender os significados que as pessoas atribuem às coisas e à vida. Nesse sentido, as pessoas e seus saberes e fazeres cotidianos são focos de atenção especial do pesquisador, cuja análise tende a seguir um processo indutivo (Ludke 1986). Parece ser quase impossível entender o comportamento humano sem tentar entender o quadro referencial dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações. Segundo Minayo (2010, p. 57), "as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos".

Nesse sentido, o pesquisador tem interesse em interpretar a situação, em estudo, sob o olhar dos próprios participantes pautando na interpretação do mundo real, preocupando-se com técnica na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos.

Sou professora do ensino fundamental de séries iniciais e durante minhas experiências como professora e como estudante sempre fui bastante tímida por medo de falar errado e percebia nas aulas que em toda turma haviam alunos retraídos que sentam no canto da sala e quase não participam em momentos de debates e quando deveriam expor trabalhos orais em grupos quem apresenta na maioria das vezes são os mais descontraído ou que fala melhor. Pensando em algo que viabilizaria uma maneira de trabalhar valorizando e estimulando os valores e respeito aos que são de culturas diversas.

A pesquisa quantitativa, por outro lado, tem como objetivo principal descrever algo, para determinar, avaliar e selecionar ação a ser tomada, e tem como finalidade obter critérios para desenvolver uma abordagem do problema e do comportamento social; ela também permite ao pesquisador mensurar opiniões, reações, hábitos e atitudes. As amostras são representadas estatisticamente, por meio da linguagem matemática para descrever as relações entre variáveis e as causas de um fenômeno. Segundo Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não.

O preconceito linguístico é uma questão histórica que ao longo dos tempos vem sendo discutido, em congressos, seminários, na academia científica, pois se trata de um problema social. Entende-se que surgem vários questionamentos na escola e no mundo sobre a maneira como as pessoas se comunicam em determinado lugar. A forma como uma pessoa fala pode ocasionar desconforto para muitos. Pessoas submetidas a constrangimento em decorrência de atitudes preconceituosas devido ao seu modo de falar, muitas vezes, sentem-se envergonhadas, inferiorizadas e criam um imaginário, segundo o qual, sua forma de falar é “feia” e “incorreta”, que as levam a acreditar que elas não sabem falar por pertencerem à classe social desprivilegiada, ou por serem moradores da zona rural, ou, ainda, por desempenharem atividades agrícolas, embora elas interajam no/com seu mundo biossocial perfeita e suficientemente bem. Questões como essas me fizeram refletir sobre o papel da escola no desenvolvimento de ações metodológicas e pedagógicas que possam contribuir para diminuir ou, quiçá, cessar práticas

preconceituosas em relação à maneira de falar do outro e incentivar a valorização e o respeito das diferentes manifestações etnolinguísticas existentes em nosso país, e, especificamente, na comunidade VP 21.

O trabalho fundamenta-se teoricamente em Marcos Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004), Magda Soares (2008), dentre outros.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo discorre sobre o processo histórico de criação da comunidade, suas práticas socioculturais e o papel da escola e de outros espaços no desenvolvimento de processos socioeducativos. O segundo capítulo resenha, brevemente, conceitos da sociolinguística, como *variação linguística*, *norma padrão*, *norma culta*, *preconceito linguístico*, além de historiar, sucintamente, o processo de democratização da escola no Brasil, bem como suas implicações ao ensino de língua materna. O terceiro capítulo traz os resultados de nossa análise e interpretações dos dados coletados.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir na discussão e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa e sobre a importância de a instituição escolar se questionar, constantemente, sobre o seu papel na formação de sujeitos-cidadãos capazes de interagir tanto na sua comunidade de fala, quanto fora dela, que sejam capazes de dominar a norma linguística legitimada no país para poder ter acesso aos bens socioculturais hegemônicos, mas também que valorizem sua maneira de falar e sintam-se orgulhosos dela, pois ela é a principal marca de sua identidade e o principal instrumento de produção e transmissão dos saberes e conhecimentos da comunidade.

1. A COMUNIDADE VP 21 E A ESCOLA TEOTÔNIO VILELA

Este capítulo apresenta a comunidade de pesquisa, a escola e as práticas culturais existentes nelas, demonstrando como foi constituída, e como ocorre a interação social entre elas, por considerar fundamental para a construção do presente trabalho, pois para Vygotsky (1931, p. 34) "A cultura origina formas especiais de comportamento, modifica a atividade das funções psíquicas, constrói novos níveis no sistema do comportamento humano em desenvolvimento". Para a escrita, foram utilizadas pesquisas de campo desenvolvidas durante os Tempo-espaço localidade [1]que tiveram como base coleta de narrativas orais para constituição e conhecimento das práticas culturais escolares e não escolares presentes na comunidade pesquisada.

1.1 Breve históricos das práticas culturais.

A comunidade é composta por pessoas advindas de várias regiões país. Entre estas populações há uma diversidade cultural de credos religiosos, em que na maioria da população foi constituída por protestantes.

As festividades na região, tais como a festa de folia de reis, as festas juninas, os torneios de futebol, entre outras e as que a escola oferece, como as quadrilhas juninas, o dia das mães, dia das crianças, as demais festividades que acontecem fora do espaço escolar, não são reconhecidas pelos alunos como práticas culturais, nos relataram durante conversas informais com os quais tivemos em virtude das pesquisas e estágios que realizamos na escola.

As produções agrícolas eram realizadas na região do CEDERE II (Centro de Desenvolvimento Regional) e eram transportadas pelos moradores até as cidades vizinhas

[1] As atividades obrigatórias da Faculdade de Educação do Campo são ofertadas em regime de alternância, estão divididas em 2.835 horas de atividades realizadas no Tempo-Espaço Universidade (69,1%) e 1.270 horas de atividades realizadas no Tempo-Espaço Localidade (30,9%). No Tempo-espaço Universidade – os discentes estudam quatro meses do ano na universidade nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, As Atividades Obrigatórias realizadas no Tempo-Espaço Universidade são, por sua vez, distribuídas em Núcleo Geral, comum a todos os educandos, e Núcleo Específico, ofertado em separado por área de conhecimento do curso, a saber: Linguagem e Letras (LL); Ciências Humanas e Sociais (CHS); Ciências Agrárias e Naturais (CAN) ;Ciências Matemáticas (MAT). As Atividades Obrigatória desenvolvidas no Tempo-Espaço Localidade também se dividem em dois tipos: Pesquisa Socioeducacional, que perfazem um total de 825 horas; Estágio-Docência, que perfazem um total de 400 horas. As atividades de Pesquisa Socioeducacional também se subdividem em duas: aquelas direcionadas à prática educativa realizada nas escolas do campo, com 400 horas, e aquelas direcionadas ao conhecimento da realidade social das localidades de referência dos educandos, com carga horária de 425 horas.

para a comercialização. A economia local era mantida pelo trabalho do campo, fazendo com que a economia local circulasse e fosse fonte de renda de várias famílias de trabalhadores rurais.

> a gente tinha uma roça e essa uma terrinha e a gente ganhou do governo, ganhou entre aspas né, aí na época aqui um lote de dez alqueires vindia por doze mil cruzeiros minino nois ficamos deveno no hospital vinte e sete mil e oitocentos e isso foi pago com dinheiro de lavoura com dinheiro de feijão foi tudo pago com dinheiro de feijão, vendia aqui mesmo em Paraupebas mas vinha de Jacundá compra mais é sempre era de Jacundá, vinha comprar aqui na região é saia mais pra lá Marabá, Jacundá aí depois quando foi derrubando os matos formando pastos né, aí começou a pecuária, mais antes era somente a lavoura mesmo.(entrevistada I, 2018)

1.2 Históricos da VP 21

A Via principal 21 (VP21) formou-se das divisões entre Polos e agrovilas para suprir as necessidades das famílias de escoar seus produtos e, com isso, adquirir o mínimo para sobreviver e ter condições dignas de permanência no lugar. A comunidade recebeu esse nome de VP 21, significando, segundo moradores da Via Principal, por ser a principal via de acesso para a escoação de produtos tais como: hortaliças, granja, milho e feijão para as cidades de Parauapebas e Marabá. As famílias chegaram de outros estados na década de 80 através do transporte ofertado pelo governo. Os seus pertences eram conduzidos em caminhão e as pessoas vinham em ônibus, como o relato de uma entrevistada evidencia: “vinha um caminhão buscar as mudança... e iam no caminhão e as famílias iam no ônibus. Várias famílias vieram nesse mesmo ônibus.”(entrevistada I). P 21 é uma vicinal de acesso principal entre CEDERE II atual cidade de Canaã dos Carajás, e CEDERE III atual Vila Ouro Verde também no Município de Canaã dos Carajás.

A vicinal está situada aproximadamente a quinze quilômetros do município de Canaã dos Carajás no sudeste do estado do Pará, possuindo saída para Xinguara, Água Azul e Redenção. Desenvolveu-se com o processo migratório de pessoas que vieram de outras localidades em busca de terras ofertadas pelo governo através da GETAT (Grupo Executivo da Terra do Araguaia Tocantins regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) juntamente com a então Companhia Vale do Rio Doce, nos anos 80 “a gente chegou aqui em 84. Num era desta forma só tinha o acampamento, como já disse e essa padaria (...) não! Era pelo governo mesmo era o INCRA ele só administrava tudo cuidava de tudo mais era projeto do

governo”(EntrevistadaI[2], 2018)". O projeto de governo almejava realizar aberturas na floresta amazônica, principalmente de povoar a região e extrair minérios tais como manganês, bauxita, cobre e outros.

Na oportunidade de adquirir terras visando melhores condições de vida, muitos vieram para essa região trabalhar no cultivo da terra e na Companhia Vale do Rio Doce, estes chegavam se instalando no lugar fazendo suas moradas, e conquistando seus espaços. Houve então a necessidade de colonizar o lugar segundo relata a entrevistada I: “aqui foi é colonizado porque aqui foi colonizado pra as informações que a gente teve foi que era pra suprir as necessidades da companhia Vale do Rio Doce (Entrevistada I, 2018)”, para realizar os objetivos do governo e da mineradora, assim foi colonizado o lugar que hoje se chama VP 21.

O projeto do governo de povoar a Amazônia influenciaram a empresa de extração mineral antiga Companhia Vale do Rio Doce a abrir estradas e com isso houve a expansão populacional do lugar, pois, através desse projeto, a empresa trouxe pessoas de diversos lugares para realizarem derrubadas na floresta com intuito de povoar o lugar, extrair e exportar minério. As pessoas vinham em busca de melhores condições de vida de vários lugares, principalmente dos estados do Maranhão, Tocantins, Goiás, Bahia e Minas.

Quando as pessoas chegavam á região do Cedere II encontravam somente o barracão do INCRA, que por ser um órgão competente do governo foi o responsável por entregar os lotes de terras, que eram divididos em 10 alqueires cada lote, segundo moradora destaca em sua fala de quais lugares essas pessoas vinham e assim foram formando a principal via de acesso as cidades e vilas próximas confirmando assim a abertura de fato da floresta.

> [...] que dava acesso tanto a uma vila pra outra quanto pra outra cidade né como a VP 21 que é essa aqui que a gente mora toda vida ela saiu desde que a gente chegou aqui ela já tinha saída aqui pro lado de Xinguara, Água Azul, é saída aqui pra Redenção então que ai vai pra Goiás pra Tocantins então elas são VP’s por isso [...] (Entrevistado I, 2018).

Quando chegaram à região, encontraram um acampamento segundo a entrevistada “quando a gente chegou aqui em 84 num era desta forma, só tinha o acampamento (Entrevistada I, 2018)”, e muitas dessas famílias que chegavam nesta região, encontravam somente matas, elas ficavam alojadas juntas em uma espécie de

[2] É acordado que a pessoa que colaborou com a pesquisa será mantida seu nome em sigilo na qual a mesma terá o nome de entrevistada I.

barracão feito especificamente para receber e acomodar as famílias para conseguirem se organizarem em seus lotes. Segundo a entrevistada I, em relação ao modo de sobrevivência, era difícil, mas apesar disso, os sujeitos trabalhavam muito e não faltava a alimentação, havia muita fartura pois sobreviviam de suas produções alimentícias pois "Tinha banana, mandioca, milho, [...] sim milho, arroz, feijão, feijão também colhia muito era plantação! (Entrevistada I, 2018)". Esses sujeitos que aqui chegavam sobreviviam do que plantavam e assim produziam sua fonte de renda para garantir o sustento de suas famílias. Segundo entrevistada II eles tinham sua maneira de produzir em coletividade, porém em temos atuais não existe mais esse trabalho coletivo.

> [...] naquele período trabalhava em grupo... nois trabalhava em parceria entre nois vizinhos, quando a gente ia visitar o vizim que tava doente com malária e no fundo da rede juntava aquele muntão todim e ia fazer um mutirão na casa dele na roça dele ali agente colhia o milho tudin dele um dia batia o feijão colhia o arroz né então era assim e hoje a gente percebe que isso acabou ne [...] (Entrevistado II[3], 2018).

O sentido que era dado a vida a partir da convivência em um barracão era da luta pela sobrevivência pois havia uma dependência entre os sujeitos principalmente quando adoeciam no meio da mata e muitas vezes não tinham como sair devidos as condições do lugar pois havia somente mata e era de dificil acesso não haviam transportes para que se lomovessem e precisavam trabalhar coletivamente pensando no melhor para todos que estavam convivendo no mesmo espaço. Após o período de passarem um tempo em barracões, os lotes foram entregues pelo INCRA, e após serem divididos, tomavam conta dos lotes, tendo que começar as derrubadas para fazer plantio imediatamente, caso contrário perderiam os mesmos. As pessoas então logo começaram a derrubar para plantar, quando chegava a época certa começavam a colheita do feijão, milho, mandioca, assim como também criavam animais para contribuir com a renda familiar. Quando essas pessoas chegaram à região, passaram por dificuldades para conseguir permanecer na terra, tendo que lutar pela própria sobrevivência como nos relata o entrevistado II, "daqui pra Marabá era três dia de viagem né? E com isso devido à dificuldade do inverno, muita chuva, os carros atolava... lama, atoleiro daqui pra acolá...muita lama, tinha esse período ai".

[3] O entrevistado não permitiu o uso de seu nome por isso será chamado de Entrevistado II

Em relação à saúde, tinham grandes dificuldades, pois no inverno só quem conseguia sair para cuidar da saúde era quem guardava algum dinheiro que ganhava com a renda das vendas dos alimentos e de animais. É o que destaca a fala da entrevistada I.

> Meu velho adoeceu aqui,(....)Ele ficou muito mal mesmo. E a gente foi com ele pra Parauapebas e internamos lá, em hospital particular, e a gente tinha uma roça e essa uma terrinha que a gente ganhou do governo, ganhou entre aspas né? Aí na época (...)um lote de dez alqueires vendia por doze mil cruzeiros. Menino! nós ficamos devendo no hospital vinte e sete mil e oitocentos e isso foi pago com dinheiro de lavoura, com dinheiro de feijão, foi tudo pago com dinheiro de feijão, vendia aqui mesmo em Parauapebas [...] (Entrevistada I, 2018).

Na oportunidade de adquirir terras visando melhores condições de vida, muitos vieram para essa região trabalhar no cultivo da terra e na Companhia Vale do Rio Doce, estes chegavam se instalando no lugar fazendo suas moradas, e conquistando seus espaços. Houve então a necessidade de povoar o lugar, segundo relata a entrevistada I: "aqui foi é colonizado porque aqui foi colonizado pra as informações que a gente teve foi que era pra suprir as necessidades da companhia Vale do Rio Doce (Entrevistada I, 2018)", para realizar os objetivos do governo e da mineradora, em busca de desenvolvimento assim o lugar foi povoado e hoje e denominado de VP 21.

Na época, como não havia máquinas que conseguiam realizar esse trabalho, somente os camponeses podiam realizar as derrubadas, feitas com machado, pois era a ferramenta que os camponeses tinham acesso, utilizavam para realizar as aberturas, mas mesmo com essa dificuldade de locomoção, os sujeitos ficavam satisfeitos em conquistar a tão sonhada terra:

> "[...] naquele período era uma colônia nova que estava se construindo aqui na região o governo deu pra nós, ajuda de custo pra gente de seis (6) mês de salário e deu umas despesinhas que muito pouco pra gente, mais o importante que deu foi a terra né doou a terra pra gente" (ENTREVISTADO II, 2018).

Segundo o entrevistado, o que mais importava para as pessoas era a conquista da terra é o que destaca a entrevista. Destaca-se a forma como se constitui uma comunidade, que no início existe luta por um único objetivo, a conquista da terra. As pessoas trabalham unidos em prol de alcançar esse objetivo, viviam unidos buscando, em conjunto, melhores condições de existência. Para isso, passaram por vários percalços e angústia, percebidas na fala do entrevistado II, quando de sua chegada: "eu me lembro de que eu pensei que eu ia morrer de fome dentro da floresta porquê e aonde você chega que descarrega sua mudança ali e você olha e só enxerga mata, você não tem assim uma

ideia do que você vai fazer" (Entrevistado II, 2018). Nesse contexto de luta e resistência pela conquistada terra, os sujeitos passaram por várias situações de subsistência, medo, frustações e angústias, para fazer valer minimamente seu direito de cidadãos brasileiros do campo e de usar a terra para produzir e reproduzir a vida.

Na década de 1980, os migrantes que chegavam à região e conseguiram adquirir lotes, que eram doados pelo INCR almejando adquirir com a terra formas de sustentar suas famílias porém quando chegavam encontravam obstáculos pois condição para permanecer com o lote era que deveriam derrubar a mata e plantar, isto é morar no lote e produzir nele. Com o avanço do empreendimento desenvolvimentista de exploração mineral nessa região, muitos colonos foram retirados compulsoriamente de suas terras sem nenhuma indenização pela então Companhia Vale do Rio doce, que tinha respaldo do Estado para explorar as riquezas minerais da região.

Para viabilizar a exploração do minério, era tinha que fazer construção de estradas. Por isso, houve o incentivo do Governo, através da doação de lote, para povoar a região e conseguir mão de obra para viabilizar o empreendimento. Segundo os moradores, depois que conseguiram construir as estradas e viabilizar o acesso, a Vale exigia os lotes dos moradores, nos quais detectavam a existência de minério.

Esse fato fica evidente quando um dos entrevistados afirma que "sou um colono assentado, sou um trabalhador rural, é tô aqui desde 1983 né, num tô no meu lote porque a Vale precisou da área, me colocaram aqui né? E, e, sou do Maranhão e tenho bom período aqui na região, já" (Entrevistado II, 2018). O processo migratório era forte na comunidade e as pessoas vinham de várias regiões com o mesmo intuito: o de adquirir terra, cultivá-la e, com isso, obter melhores condições de vida e sustentar as famílias com dignidade. Mas até nos dias atuais, os que conseguiram permanecer nas terras ainda não possuem títulos definitivos é o que relata a entrevista, "até hoje o INCRA nunca doou um título pra nós, doou não! nunca deu, nunca repassou o título pra nós, apenas deu uma cartinha de ocupação pra isso. A Vale chama nós de grileiro, de posseiro (Entrevistado II, 2018)".

Para poder adquirir as terras, às pessoas passavam pelo processo de avaliação que a mineradora exigia com intuito de escolher somente os que tinham boa saúde para poder trabalhar como produtor rural. Somente depois de realizarem todo o procedimento estaria apto a receber a terra, porém a terra não era doada, eles teriam que pagá-la depois com trabalho braçal. Então a mineradora levava uma equipe de homens, depois enviava

um ônibus para levar as famílias e um caminhão para carregar as mudanças dessas famílias.

A locomoção até Marabá para escoar a produção era de difícil acesso, pois na década de 80 as estradas na região Sul do Pará, principalmente na PA 150, atualmente a BR 222, estava em construção. Na região do CEDERE, atualmente a cidade de Canaã dos Carajás, os migrantes que aqui chegavam para cultivar tinham dificuldades para assegurar a terra.

> [...] a gente chegou aqui né e depois que chagamos aqui num tinha daqui pra Canaã só tinha mata. né num tinha nada era só mata mesmo tinha alguma abertura que tinha de algumas casas que já tinha já pessoas já morando né mais era a maioria [...] (ENTREVISTADO II, 2018)

A entrevistada destaca que por falta de desenvolvimento da região, não tinha estrada, hospital e transporte para ir até a cidade vizinha. Devido às muitas dificuldades de locomoção, mesmo assim as famílias plantavam, cultivavam alimentos e criavam animais para sobreviverem, tanto se alimentavam com o que plantavam quanto vendiam para adquirir renda.

Percebe-se que no inverno, em tempo chuvoso, o acesso à cidade era árduo e com isso também era difícil conseguir transporte para escoar a produção agrícola dos moradores. Segundo o entrevistado, o que mais importava a esses sujeitos era a conquista da terra para que assim pudessem dar o sustento digno à suas famílias "naquele tempo todo mundo tinha fartura era difícil o trabalho mais todo mundo tinha fartura[4] em casa" (Entrevistada I, 2018). Destaca-se nesse trecho a forma como se constitui uma comunidade, que no início existe luta por um único objetivo, a conquista da terra, e os sujeitos trabalham unidos em prol de alcançar esse objetivo, tendo que viver unidos buscando, em grupos, melhores condições de existência.

Para isso, passaram por vários percalços e angústia, percebidas na fala do entrevistado II, quando de sua chegada: "eu me lembro de que eu pensei que eu ia e morre de fome dentro da floresta porquê e aonde você chega que descarrega sua mudança ali e você olha e só enxerga mata você não tem assim uma ideia o que você vai fazer" (Entrevistado II, 2018). Nesse contexto de luta e resistência pela conquista da terra, os sujeitos passaram por várias situações de subsistência, medo e angústias, para ter minimamente seu direito a terra e de ser cidadãos brasileiros do campo dignos para usar a terra no intuito de produzir e reproduzir a vida.

---

[4] Fartura. Significa grande quantidade de víveres (alimentos); abundância.

As condições de trabalho não eram boas, pois o lugar era de difícil acesso e não tinha contato com assistência à saúde, muitos contraiam doenças e epidemias que faziam com que as pessoas muitas vezes até falecessem. Com as dificuldades, muitos colonos iam embora e outros nem conseguiam mais voltar para a cidade de onde vieram. Esse termo de "colonização" se deve pelo fato, tanto da vinda dos sujeitos em busca de riquezas e terras férteis como pela exploração do trabalho.

Os anos passaram e o desenvolvimento acelerou na região, criando possibilidade para os moradores escoar os alimentos até a cidade mais próxima e também cuidar da saúde.

Atualmente os colonos das comunidades próximas à cidade utilizam, em sua maioria, produtos industrializados para sustentar suas famílias e sobrevivem da criação de gado, da produção do leite que vendem para o laticínio. Mas algumas famílias ainda realizam a produção agrícola, tais como o milho, feijão, horta e mandioca para o sustento da família. Na figura 1abaixo mostra a criação de gado de um dos moradores da VP 21 em que está localizado próximo a Escola pesquisada,

Figura 1 - produção de criação de gado

Fonte elaborado pela autora (Dijane 2019)

Hoje em dia, os colonos não escoam mais as produções de hortaliças, milho, arroz ou feijão, que antes era comum todas as famílias adquiriam renda através da produção agrícola. As pessoas da região tiram seus sustentos da criação de gado, outros trabalhando em empresas, pois os filhos dos antigos moradores fizeram cursos técnicos

para trabalharem na mineradora, outros revendendo cosméticos, mas mesmo assim ainda há na comunidade a maioria das funções composta por trabalhadores rurais e domésticas.

1.3 A Escola Teotônio Vilela

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Teotônio Vilela está situada no trevo entre a VP 21 e a VP 20, no município de Canaã dos Carajás, sudeste do estado do Pará. Foi criada em 1984, por iniciativa e necessidade dos moradores.

Em 1986, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fez a doação de materiais de um barracão desocupado no CEDERE I para que fosse construída a escola com três salas de aula, para atender mais ou menos 60 alunos com os segmentos de 1ª a 4ª serie. No início, as aulas eram particulares, pois os pais pagavam ou tentavam ajudar a professora para que seus filhos estudassem. Na fala da moradora é nítido a participação da mesma na construção e desenvolvimento do ensino aprendizado dos alunos, “Então os pais vieram aqui em casa e pediram pra mim trabalhar numa escola particular; trabalhar com aquelas crianças que num tinha como deslocar aqui do município pra ir pra Canaã (Entrevistado, 2018)”, É muito frequente ao ser iniciado uma escola nas pequenas vilas ou vicinais em que não tem a participação direta dos governos locais para contratar professores, então a comunidade escolhe a pessoa que tem um grau de estudo mais elevado para dar aula para os meninos, então ela teve uma papel fundamental na comunidade. Pois os pais precisavam que os filhos estudassem e aprendessem pelo menos a ler e escrever e aos poucos os sujeitos iriam conquistando mais benefícios em prol da necessidade da comunidade.

Na década de 80 a escola estava localizada no município de Marabá, com a Emancipação de Parauapebas ela passa a pertencer e na década de 90 com desmembramento do município passa a pertencer à Canaã dos Carajás. Durante esse tempo a escola passa por diversas modificações e ampliações, contratações de professores e demais servidores. Na figura abaixo de número 2 mostra a frente da escola Teotônio Vilela.

Figura 2 – Vista do pátio da Escola Teotônio Vilela.

\Fonte elaborada pela autora (Dijane 2018)

No ano de 2018 com a ampliação da escola e com a chegada de mais moradores para as regiões próximas, a escola atendia cerca de 258 famílias. É importante ressaltar que das 258 famílias que tem filhos estudando na escola cerca de 2% são moradores da VP 20 e VP 21 da qual está localizada a escola os 98% estão localizados nas Vila dos Imigrantes, VS 46 e nas chácaras localizado próximo a escola.

Os alunos atendidos pela escola, em sua maioria, utilizam o transporte público, fornecido pela prefeitura de Canaã dos Carajás. Na figura abaixo de número 3 mostra a uma Van tido como transporte escolar para trazer os alunos

Figura 3 Transporte Escolar que traz e leva os alunos para a escola Teotônio Vilela

Fonte elaborada pela autora (Dijane 2018)

Outro fator importante para melhor funcionamento da escola é o transporte escolar que funciona de acordo com a disponibilidade dos alunos, horários que ajuda os aulos a chegar na escola com segurança.

A partir do ano de 2018, com a ampliação da Escola, as turmas de educação infantil I, uma turma de 5º ano e as turmas de 6 º ao 9º ano passaram a funcionar no período da manhã criando assim melhores possibilidades para as crianças que moram longe e valorizando ensino aprendizagem para as crianças, e a turma de educação infantil II e o ensino fundamental menor de 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série) continuou funcionando no turno da tarde.

> De manhã nós temos o II período da educação infantil uma sala de quinto ano e uma sala de cada série de 6º ao 9º ano, á tarde nós temos o I período da educação infantil e de 1ª a 4ª serie. A educação infantil ela e dividida em dois horários diferentes, por que a sala pra educação infantil tem que ser especifica somente pra educação infantil. Nós não temos espaço suficiente pra montar duas salas, somente pra educação infantil pra atender as duas turmas á tarde e as duas turmas de manhã por esse motivo nós tínhamos que fazer uma divisão uma turma pela manhã e uma turma pela tarde. A turma de manhã é de cinco anos (5 anos) e a turma da tarde é de quatro anos (4 anos) que é o I período de quatro e o II período de cinco (entrevistada JM,2018)

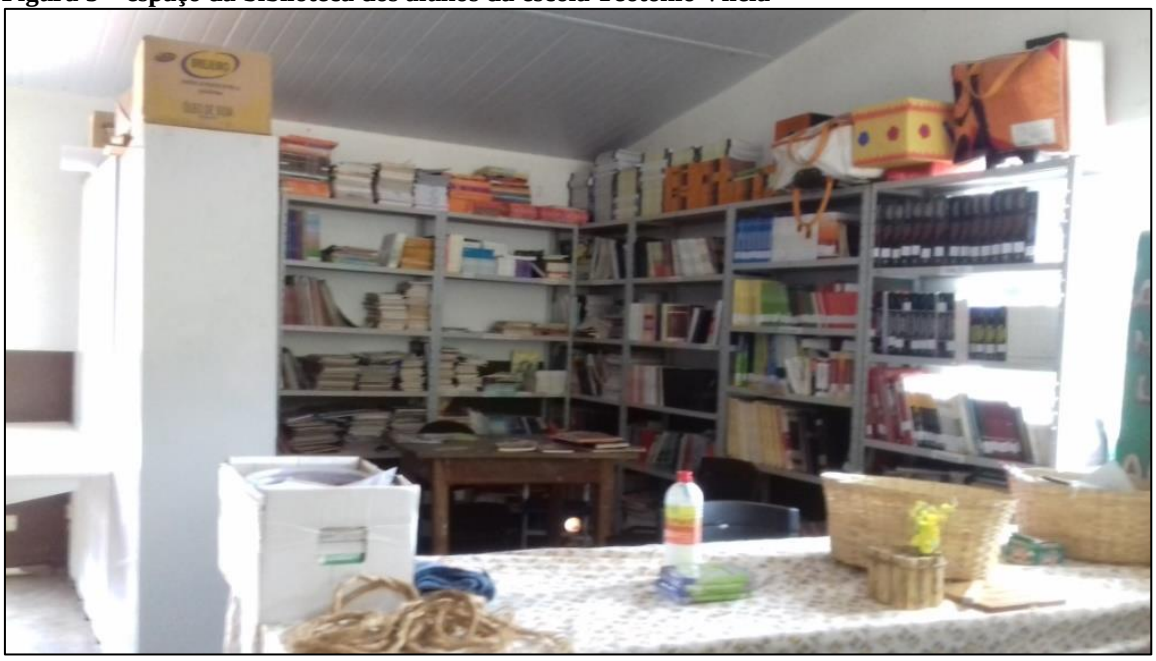
Os horários de funcionamento das aulas são pensados a partir da realidade para melhor atender as necessidades dos alunos. Na figura

Figura 4 - Escola Teotônio Vilela em Canaã dos Carajás

Fonte elaborada pela autora (Dijane 2018)

A escola funciona em prédio próprio, construído de alvenaria, com os seguintes espaços: uma sala de direção e secretaria, uma cozinha, biblioteca, cinco salas de aula, pátio externo arborizado. Na figura abaixo de número 5 fiz questão de mostrar o espaço da biblioteca em que os alunos participam das aulas e nos momentos oportuno participam de pesquisa na biblioteca.

Figura 5 – espaço da biblioteca dos alunos da escola Teotônio Vilela



Fonte: Arquivo Pessoal – Dijane 2017

A escola tem seu princípio fundamental na equidade de acesso e permanência. Neste sentido a escola busca oportunizar espaços para os pais dentro da escola para contribuir na construção de uma escola mais transparente e juntos com os filhos ajudar repensar que somos cidadão capaz de exercer seu papel na sociedade, sem distinção de cor, raça, ou credo religioso. A escola promove espaços educativos valorizando o cidadão e dando oportunidade de exercer seu papel na sociedade, assim está escrito no projeto político pedagógico da escola.

> [...] sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e garantir o ensino-aprendizagem dos educados, desenvolvendo seu senso crítico para a formação do cidadão consciente de seus direitos e deveres na sociedade (PPP, 2018)

É importante destacar que a escola exerce um papel fundamental na vida de cada cidadão promovendo de modo sistemático e permanente ações de aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem atenta à diversidade garantindo aos alunos e pais um vasto repertório de conhecimentos socioculturais valorizando o exercício efetivo da cidadania de todos.

1.3.1 Perfil da diretora

A diretora dada pelas iniciais K da[5] Escola Municipal de Ensino Fundamental Teotônio Vilela iniciou sua vida profissional aos 16 anos por falta de professores formados na região que morava. Trabalhou há muitos anos na educação e foi convidada pela Secretaria Municipal de Educação de Canaã para desenvolver o trabalho de coordenadora escolar em 2016. Logo em seguida, tornou-se diretora da escola Teotônio Vilela. Nesse mesmo ano, juntamente com a equipe pedagógica da escola e membros da comunidade, a equipe pedagógica da escola conseguiu elaborar o Político Pedagógico (PPP), sendo autorizado pela Secretaria Municipal de Educação

Atualmente a K é Licenciada em Pedagogia e História, Pós-graduada em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar. Tem uma carreira promissor atuando tanto como professora, coordenadora e diretora de escolas no município de Canaã dos Carajás. Há 8 anos conseguiu passar no concurso municipal realizando um sonho de ser efetivo como professora. Destaco algumas escolas que ela trabalhou, uma delas foi na escola Alexsandro em 2016, já em 2017 foi convidada para trabalhar como coordenadora na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Teotônio Vilela, assim

[5] Nome dado a entrevistada para preservar a identidade da pesquisa.

desenvolvendo um bom trabalho à frente da coordenação. Ao se destacar como coordenadora ela foi convidada a assumir a gestão da escola no ano de 2019 quando a escola passa a ser autorizada pelo conselho escolar do município. A mesma destaca com muito entusiasmo que é moradora antiga em Canaã.

Por morar na zona urbana e a escola está localizada na zona rural, ela destaca que não há problemas e chegar a escola pois todos os dias utiliza o transporte escolar municipal para chegar a escola percorrendo cerca de 15 quilômetros por isso tenta fazer um ótimo trabalho frente à escola para melhor oferecer aos alunos um ambiente de aprendizado e carinho.

1.3.2. Perfil da coordenadora pedagógico

A Coordenadora Pedagógica, licenciada em Pedagogia, atua na equipe gestora desde o início do ano 2017. A coordenadora reside na Cidade de Canaã dos Carajás. Ela orienta os professores nos planejamentos e acompanha o desenvolvimento das atividades diárias. A mesma é acompanhada pelas coordenadoras técnicas da secretaria municipal de educação – SEMED, onde participa mensalmente de formação continuada, ministrada pelo diretor de departamento de ensino (E.M.E.F. Teotônio Vilela, PPP, 2018).

Ela realiza acompanhamentos diários de professores e participa de formações com coordenadores técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Destaca a coordenadora pedagógica (JS 2018)[6]

> [...] realizado diariamente, onde os planejamentos são uma vez por semana e a formação o último dia do mês realizado no centro de Formação Rute Sampaio pela a coordenadora pedagógica, sendo dos seguimentos de educação infantil, anos iniciais aos anos finais do ensino fundamental.

Percebemos que a coordenadora acompanha os trabalhos dos professores, partindo do planejamento diário até as ações desenvolvidas com os alunos. É importante destacar que a coordenadora pedagógica da escola tem um papel fundamental para juntos aos professores desenvolver atividades que ajudem no ensino aprendizado dos alunos.

1.3.3 Perfil da Professora

A professora é licenciada em Letras e Pedagogia, tem quinze anos de experiências como docente e trabalha no município de Canaã dos Carajás, a mesma está

[6] Nome fictício da Coordenadora da escola Teotônio Vilela.

contratada para exercer o cargo de professora na escola Teotônio Vilela na disciplina de Língua Portuguesa, sua vinda ao município se deu a partir do concurso público realizado no ano de 2014. Têm 22 anos de experiência, em que trabalhou com os três segmentos; educação infantil, ensino fundamental de 1º ao 9º ano também trabalhou no ensino médio.

1.3.4 Perfil dos Alunos

A escola atende, em sua maioria, filhos de pessoas que vieram para a região em busca de emprego na mineradora Vale, filhos de trabalhadores rurais, doméstica, pedreiro, entre outros. São alunos participativos que contribuem na construção da aprendizagem; são esforçados e buscam absolver o máximo que podem o ensino ofertado, apesar de encontrarem dificuldades tais como leitura, interpretação e oralidade.

Na escola são desenvolvidos projetos que viabilizam a construção dos saberes desses alunos e os professores ajudam nesse processo de construção do conhecimento. Quando é necessária a construção de jogos e produções para apresentação ou finalização de um projeto, eles participam de forma ordenada desse processo. A metodologia dos professores tem como principal fator organizar os alunos em grupos formando equipes na sala de aula quando se trata de confecção de materiais didáticos. Outra maneira de envolver os alunos são formados grupos na sala de aula e após essa formação eles vão para fora da sala para desenvolver material didático que viabilizem saberes significativo.

2.SOCIOLINGUÍSTICA, ENSINO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos da Sociolinguística em que o objeto de estudo é a língua em uso. Mobilizando conceitos como variação, norma padrão, norma culta e preconceito linguístico buscamos investigar em que medida a Escola Municipal "Teotônio Vilela" tem contribuído na desmitificação do preconceito linguístico em relação ao uso da língua materna e na elaboração e implementação de propostas pedagógicas que contribuam para o ensino de língua numa perspectiva plural, valorizando a diversidade sociocultural e sociolinguística dos alunos. Na seção 2.1 apresentamos algumas considerações sobre a Sociolinguística; na seção 2.2 descrevemos brevemente a respeito da democratização da escola no Brasil e suas implicações no ensino de língua; na seção 2.3 discorremos sobre o conceito de preconceito linguístico; e por fim em 2.4 apresentamos a síntese do capítulo.

2.1 Sociolinguística

A Sociolinguística é uma das ramificações na Linguística e seu objeto de estudo é a língua em sociedade. Ela surge a partir da década de 60 em um congresso em Los Angeles, que teve como colaboradores 25 pesquisadores cujo objetivo maior era caracterizar a mais recente área de estudo (cf. SANTOS, 2015, p.15)

A sociolinguística busca estudar a heterogeneidade linguística, interessando-se pelos falares circulantes numa sociedade, contemplando desde os falares das camadas populares de menor prestígio sociocultural e econômico até aqueles da camada letrada da sociedade, buscando mostrar os fatores implicados na variação desses falares.

Para nos auxiliar a discutir esse assunto, mobilizamos autores como Santos (2015), Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004), dentre outros, que também nos ajudam a refletir sobre o estado da arte do ensino de língua Portuguesa na escola e a quebrar tabus que têm sido enraizados ao longo do processo de ensino de língua Portuguesa, que privilegiam a variedade padrão e escrita da língua, em detrimento de outras variedades e da modalidade oral da língua. Ocasionando com isso, o surgimento de inúmeros preconceitos linguísticos, além de perpetuar desigualdades sociais ao criar na escola a noção de falar/escrever correto vs falar/escrever errado, desconsiderando toda a realidade sociocultural, histórico e econômica de seus alunos e suas comunidades de fala. É valido ressaltar a importância de apresentarmos aqui conceitos como variação, norma e preconceito linguístico, fundamentais para sustentar a análise neste estudo. Desmistificar

2.2 Variação Linguística

Embora a tradição do ensino de língua, materializada na gramática normativa, que, por sua vez, é inspirada na herança greco-latina, insista na perpetuação do ideal de língua homogênea, sabemos que todas as línguas naturais apresentam duas características básicas: a variação e a mudança. Dito de outro modo, todas as línguas naturais variam no espaço e mudam com o tempo. A variação linguística pode ocorrer devido a diferenças regionais entre os falantes (diatópica), a sua estratificação social (diastrática) e ao interlocutor (diafásica), associada ao grau de formalidade da interação (cf. BORTONI-RICARDO, 2004). A variação pode gerar uma mudança linguística, que ocorre porque as línguas são usadas por falantes que vivenciam distintas experiências socioculturais e históricas, que vão moldando seu comportamento verbal, como destaca Beline (2008, p. 150.):

> A cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a língua. Dessa forma, ela está sujeita a alterações nessa recriação. Por outro lado, depende de uma tradição, já que cada falante diz as coisas de determinada maneira em grande parte porque é daquela maneira que se costuma dizer. Há então um delicado jogo de continuidade e de inovações, estas sempre em menor número.

É valido ressaltar que toda mudança linguística é inevitavelmente antecedida de variação, momento em que duas ou mais formas linguísticas com mesmo valor comunicativo/semântico entram em competição no seio da sociedade. Com o passar do tempo, o que era variação transforma-se em mudança linguística, quando a forma linguística inovadora, antes em competição com a forma conservadora, passa a ser a única usada pela comunidade de fala. Isso ocorreu, por exemplo, com a forma *vossa mercê*, que em alguns momentos da história social da língua portuguesa competiu com as formas vós ucê e *você*. Esta última alcançou todos os falantes da língua, deixando a forma conservadora em estado de obsolescência até cair totalmente em desuso. Atualmente, há uma competição entre a forma *você* e a forma *cê*. Está, é considerada a forma inovadora e aquela, a forma conservadora.

A variação linguística, não raro, é vista pelo senso comum sob as seguintes dicotomias: o falar urbano *vs* o falar do campo, o falar certo *vs* O falar errado. Essa perspectiva analítica desconsidera toda a bagagem cultural que as pessoas adquirem em meio ao seu grupo social. No âmbito da educação escolar, a escola precisa estimular o aluno a superar as noções de “certo” e “errado” no que se refere à interação verbal,

discutindo com ele a existência de diversas situações sociocomunicativas, mostrando-lhe que, para cada situação comunicativa, há formas linguísticas mais adequadas do que outras. A função da linguagem é a de fazer-se compreensível independente do que dizem as regras gramaticais tidas como homogêneas e imutáveis.

A escola deve ser o lugar da valorização da diversidade linguística, dos saberes plurais trazidos pelos estudantes. Mas a realidade não parece ser esta, infelizmente.

Bagno (2007) aponta a existência de mitos sobre as noções de "certo" e "errado" em relação ao uso da língua. Para ele, a escola é o lugar onde mais acontecem esses fatos, que causam a desvalorização do falar do sujeito. Segundo BAGNO (2007) ilustra o excerto abaixo.

> [...] a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma "certa" de falar- a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala e, sendo assim, seria preciso "consertar" a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada de incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha um dado momento histórico. (BAGNO, 2007, p.172)

Bartoni-Ricardo (2004) afirma que alguns falares sobrepoem-se a outros, devido a fatores políticos, sociais e históricos, como podemos observar no trecho a seguir:

> Em toda comunidade de fala onde convivem falantes de diversas variedades regionais, como é o caso das grandes metrópoles brasileiras, os falantes que são detentores de maior poder-e por isso gozam de mais prestìgio- transferem esse prestígio para a variedade línguistica que falam. assim as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades que ganham prestígio porque são faladas por grupo de maior poder, nada tem de intrisecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores poilíticos e econômicos, O dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir a ser considerado um dialeto "ruim", enquanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser visto como um "bom" dialeto (2004, p.33-340)

A variação linguistica é uma questão que precisa ser tratada de forma a conscientizar a sociedade através dos saberes culturais em prol de transformações sociais. A esse respeito, Bagno adverte que

> [...] O que está em jogo é a transformação da sociedade como um todo, pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a "ascensão" social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua. (BAGNO, 2007, p.70)

É de suma importância a conscientização da sociedade de que a língua enquanto instrumento de interação verbal é um conjunto de variedades, resultado de uma sociedade constituída por pessoas de diferentes lugares, com diferentes experiências e histórias, com diferentes orientações políticas, religiosas e diferentes níveis de escolaridade. Assim, é perfeitamente esperado que uma sociedade constituída de diversidade tenha na língua a expressão dessa diversidade.

2.3 Norma Padrão vs Norma Culta

A questão da *norma* tem sido bastante discutida na literatura linguística (BAGNO, 2007; FARACO, 2008). Bagno (2007) mostra que a partir do nome *norma* derivam-se dois adjetivos, a saber, normal e normativo. O primeiro seria usado para evidenciar que todas as formas de expressão linguísticas são normais e revelam o conjunto de experiências socioculturais e históricas dos usuários da língua. Nesse sentindo, podemos dizer com Bagno (2007, p.43) que o conceito {titia} é pronunciado por um falante nordestino como [ti'tia], e por falantes de outras regiões do país como [tsi'tsia].

A pronúncia do nordestino, segundo o autor, nada tem de engraçada ou ridícula, pois é apenas uma possibilidade de expressão linguística, que caracteriza, dentre outras coisas, os falantes dessa região do Brasil. A ideia de 'engraçado' ou 'ridículo' com respeito à pronúncia nordestina está relacionada à noção expressa pelo outro adjetivo que expusemos acima, *normativo*. Este se refere às imposições das regras estabelecidas nas gramáticas normativas, que, sem considerar a heterogeneidade linguística, resultante da experiência sociocultural e histórica dos falantes, impõem à sociedade determinados comportamentos linguísticos artificialmente forjados, que devem ser seguidos por todos os membros da sociedade independentemente das condições de interação linguística.

Essas imposições ocorrem no âmbito fonético/fonológico, lexical, morfológico e sintático. Faraco (2008) apresenta três visões a respeito do conceito de norma: a estruturalista, a gerativista e a variacionista. A visão estruturalista de *norma*, de inspiração saussuriana, pode ser entendida como "cada um dos diferentes modos sociais de realizar os grandes esquemas de relações do sistema" (FARACO, 2008, p. 34). Nessa perspectiva, podemos considerar a existência de várias normas, em função de hábitos e usos linguísticos reais de cada grupo social existente.

Dito de outro modo, a norma é identificada como uma prática usual, recorrente, normal em determinada comunidade de fala. Na visão gerativista, "norma designa um conjunto de fatores linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as

pessoas de certa comunidade" (FARACO, 2008, p. 40). Pelo olhar variacionista sociolinguístico, explicar a variação simultânea sistemática da língua em sociedade, seria plausível igualar norma e variedade. Nesse sentido, o autor deixa claro que, para fazer um estudo da língua, é necessário compreender que toda e qualquer norma é constituída por um conjunto de regras sistemático, que é apreendido nas interações da vida cotidiana de uma determinada comunidade de fala.

A Sociolinguística Variacionista é caracterizada por sua metodologia empírica: dados reais, produzidos por falantes reais, em situações reais de uso,

2.4 A Democratização da Escola no Brasil e suas Implicações no Ensino de Língua

Nesta seção, fazermos um breve apanhado histórico sobre a democratização da escola no Brasil, por entendermos que o preconceito linguístico é institucionalizado e legitimado através do ensino da norma padrão na escola, na qual toma força e da qual se espalha para toda sociedade brasileira.

A História da educação no Brasil é marcada por influências sociais e políticas desde a colonização, que deixou consequências na educação, pois vivemos em uma sociedade desigual, seletiva e preconceituosa no âmbito linguístico, sociocultural, político e econômico. Para compreender melhor um pouco dessa história, apresentamos a seguir considerações de (SOARES, 2008), sobre a origem e consequências da escolarização no Brasil.

Segundo Soares, o discurso de educação popular igualitária no Brasil "antecedeu a proclamação da República" (2008, p.8). A autora afirma que, em 1882, Rui Barbosa fez uma análise para compreender o problema na educação brasileira da época, denunciando o descrédito do ensino no Brasil. O pesquisador apresentou uma proposta para tentar resolver a situação: a multiplicação das escolas e melhorias qualitativas no ensino. É fato notório que houve a multiplicação das escolas, mas não veio acompanhada de melhorias qualitativas (cf. SOARES, 2008). A partir dos diagnósticos de Barbosa (1862, *apud* SOARES, 2008, p.8) intensificaram-se discursos políticos sobre a educação no Brasil, inspirados em ideais democrático-liberais com vistas a proporcionar "igualdade de oportunidades educacionais e educação como direito de todos" (SOARES, 2008, p. 8).

As concepções capitalistas ganham consistência e alcançam seu ideal político-ideológico e a democratização do ensino se torna a chave para a conquista desse objeto político. Contudo, que o que aconteceu foi a democratização do acesso à escola, mas "não tem ocorrido igualmente a democratização da escola" (SOARES, 2008, p. 15) pelo fato

de haver ainda tantas imposições no âmbito escolar que excluem, de certa forma, os alunos que não atendem aos padrões exigidos pelo sistema educacional. Segundo Soares (2008), os resultados da democratização do acesso à escola e seu impacto na sociedade causaram significativos problemas na educação do Brasil: o aumento das escolas não provocou melhoras na educação, pelo contrário, fez com que a demanda de professores passasse a ser insuficiente. Posteriormente foi fundamental a luta reformista em prol da educação visto que a democratização do ensino seria a forma ideal para conseguir a "igualdade social para todos". Esse discurso perpetuou por anos e a escola seria o lugar no qual os sujeitos teriam educação de qualidade e a sociedade seria igualitária.

Soares (2008) explica os problemas relacionados à educação sob três perspectivas: a da Sociologia, a da Sociologia da linguagem e a da Sociolinguística. Vale ressaltar que todas essas perspectivas analisam as relações de forças determinantes de uma sociedade estratificada em classes. A primeira atribui o fracasso escolar às forças determinantes que impulsionam a escola, a segunda explica as relações de força linguística que atuam em meio à sociedade e à escola e a terceira revela as covariações entre os fenômenos linguísticos e sociais, identificando as diferenças dialetais marcadas pela classe social do falante. Soares (2008) afirma que, através da democratização do ensino, ocorre a entrada das camadas populares, que antes não tinham acesso à escola, o que causou rivalidades nessa escola, que antes era privilégio da elite. Assim, no espaço escolar, começa a existir rivalidades e conflitos em decorrência dos múltiplos usos reais da linguagem.

É no espaço escolar que as diferenças socioculturais são afloradas e as "correções" linguísticas são legitimadas; surgem daí o sentimento de vergonha e timidez no aluno, causando, muitas vezes, problemas que geram o fracasso escolar. Seria necessário refletirmos sobre a função da escola, discutindo em que medida ela tem contribuído para a propagação do preconceito linguístico ao legitimar e ensinar apenas uma variedade linguística considerando-as. Em relação a isso.

> [...]é o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracassos: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos, e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante-padrão socialmente prestigiado.(SOARES, 2008, p.17)

A norma linguística de cada comunidade de fala permite a interação social em cada comunidade e a afirmação e reafirmação de sua identidade. Bortoni-Ricardo (2004)

partilha da ideia de que “quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio” (p.23), ou seja as de interação humana como o lar, o trabalho, a escola, dentre outros.

O discurso de democratização do ensino ganhou consistência e as expressões da época ainda repercutem na sociedade atual, como: “igualdade de oportunidades educacionais” e “educação como direito de todos”. Tais expressões contribuíram para o aumento de escolas, o direito ao acesso, mas ainda assim, não garantiram, de fato, que todos tenham igualdade de oportunidades e acesso, pois o governo não tem assegurado à população pobre e carente acesso as políticas educacionais, já que essa grande parcela da população brasileira não tem condições básicas mínimas sequer de sobrevivência.

Diante disso, o fracasso escolar se deve a vários fatores sociais e/ou deles decorrentes, como, a alimentação, a desestrutura familiar, as dificuldades cognitivas e emocionais. Por causa disso, Soares (2008) não considera que o fracasso escolar, tanto no discurso oficial da educação, quanto no discurso pedagógico seja atribuído à “pobreza” e às “deficiências” que acarretariam em deficiências, tais como dificuldades cognitivas, déficits linguísticos dentre outros. A autora destaca que essas justificativas referentes ao fracasso escolar estão presentes nas práticas educacionais. Visto dessa forma, esse pré-julgamento também contribui na produção de sentimentos de inferioridade nos indivíduos de camadas populares (c.f SOARES 2008). A escola é produto das lutas das camadas populares pelo de direito de acesso ao saber. Em relação a isso, (SOARES, 2008, p. 9) afirma que:

> Na verdade, o discurso oficial pela democratização da escola, seja na direção quantitativa, seja na direção qualitativa, procura responder à demanda popular por educação, por acesso à instrução e ao saber. A escola pública não é, como erroneamente se pretende que seja, uma doação do Estado ao povo, ao contrário, é uma progressiva e lenta conquista das camadas populares, em sua luta pela democratização do saber, através da democratização da escola. (SOARES,2008, p.9)

Mesmo com democratização do acesso escolar ainda faltam muitas propostas e projetos que consigam atender a número de pessoas que ainda se encontra fora do âmbito escolar

A autora nos convida a refletir que apesar da camada popular ter conseguido o direito à escola nem todos têm acesso a ela. Segundo Soares (2008, p. 6) “A escola que existe é antes contra o povo que para o povo”, ou seja, nem todos conseguem ter acesso a escola e os que conseguem obter acesso não conseguem permanecer por fatores

socioeconômicos, que possibilite os sujeitos que vem da classe menos privilegiada que recebe o mínimo para sobreviver e que na maioria das vezes precisa utilizar o transporte para ter acesso as escola, precisa de alimentação digna, de acesso a tecnologia, a livros, o que na maioria dos casos o aluno deixa de ir à escola, pois precisa trabalhar o dia inteiro e a noite não tem condições de estudar, pois o corpo já está muito cansado e não consegue absorver a aprendizagem ofertada na escola de forma muitas vezes descontextualizada de sua realidade. Segundo (SOARES, 2008. P 06)

> Grande parte da responsabilidade por essa incompetência deve ser atribuída a problemas de linguagem: o conflito entre uma linguagem de uma escola fundamentalmente a serviço das classes privilegiadas, cujo os padrões linguísticos usa e quer ver usados, e a linguagem das camadas populares, que essa escola censura e estigmatiza, é uma das principais causas dos fracasso dos alunos pertencentes a essas camadas, na aquisição do saber escolar.

Grande responsável pela incompetência escolar é atribuída à falta de políticas públicas que desvalorizem os sujeitos do campo socialmente e culturalmente. Há um conflito entre a linguagem adotada pela escola que está a serviço da classe privilegiada e a linguagem das camadas populares. Essa dicotomia é uma das causas que contribui para o fracasso escolar. Alguns exemplos que perpassa esse fracasso escolar são as repetências, a evasão, a desistência, dentre outros motivos que fazem com que os sujeitos se distanciam da escola ou até mesmo da sociedade, estas camadas populares de menor prestigio são sofredoras das injustiças sociais e cada vez mais são distanciada da democratização do saber. Soares (2008 p. 9) destaca que “todos tenham seu lugar na escola e a todos terá sido dado o mesmo ponto de partida. Qual será o ponto de chegada, o sucesso ou o fracasso, isso dependerá de cada um”.

A primeira ideologia se refere às diferenças individuais e desigualdades naturais, legitimada pela psicologia; sugere que os alunos devem ter o mesmo direito de ingresso nas escolas, mas o sucesso ou o fracasso dependerá do esforço e da inteligência de cada um. Segundo Soares (2008) essas diferenças explicariam o rendimento escolar de cada aluno. De acordo com a ideologia da deficiência cultural, a “posição dos indivíduos na hierarquia social estaria determinada por suas características pessoais”. A terceira ideologia refere-se às diferenças existentes entre as culturas. Para Soares (2008), do ponto de vista cientifico, seria errado haver uma hierarquização entre culturas, pois não existe cultura superior ou inferior; elas são apenas diferentes (cf. SOARES, 2008).

É obvio que nenhuma das três ideologias define as classes, mas essas explicações até hoje repercutem nos espaços escolares com as avaliações e os processos seletivos que

com objetivo de classificação dos alunos numa escala em que em um dos lados estão os aluno inteligentes e no outro o aluno com déficit de aprendizagem. Afirma Soares (2008), ao discorrer sobre o papel da escola, traçando considerações importantes para compreendermos o motivo do fracasso escolar e do sentimento de inferioridade de alunos oriundos das camadas populares. Pois a escola é um órgão que está a serviço de um modelo capitalista assumindo, assim, posicionamentos da cultura dominante e elitizada (cf. SOARES, 2008).

Assim, os alunos advindos das camadas populares encontram na cultura dominante padrões diferenciados dos seus, que não são considerados na/pela escola; muito pelo contrário, são por ela estigmatizados vistos como "errados" em comparação ao adotado das classes dominantes, que são tidos como "certos". Tudo isso vai causar nesses alunos determinados comportamentos, fazendo com que eles passem por um processo que Soares chama de *marginalização cultural*. Segundo a autora, a responsável pelo fracasso escolar desses alunos das camadas populares é o sistema educacional e governamental que trata a diversidade cultural de forma discriminatório (SOARES, 2008).

Os padrões culturais encontrados na escola não são dos alunos advindos da camada popular, e que esses padrões lhes são apresentados como "certos", a correção fora ou dentro do âmbito escolar traz uma série de implicações tais como o preconceito, a timidez e também a evasão. Soares (2008) afirma que os próprios padrões são considerados como "errados", causando assim certos comportamentos de inferioridade nesse espaço que deveria ser de interação social e valorações comportamentais. Sendo assim, a valorização da fala ocorre em meio à comunidade de fala, no seio familiar, nos grupos sociais, entre jovens, adultos, crianças, e velhos, casais, homens, mulheres na igreja, em reuniões de bairros, de associações, etc.

Os grupos sociais das camadas populares, no âmbito escolar, sentem, em determinadas situações, vergonha da sua própria linguagem dependendo da situação de uso, mas mesmo assim desempenham seus papeis sociais. Bortoni-Ricardo (2004) chama de "contínuo de monitoração estilista", os momentos em que os indivíduos adquirem certas posturas, desempenhando funções sociais tais como quando desempenham o papel de presidente de associação de moradores, quando estão como pai de família, ou como uma vendedora.

É de fundamental importância que a escola dê suporte para os alunos ao desenvolver as habilidades linguísticas, proporcionando-lhes autoestima e maior confiança nas suas interações:

> [...] se os professores tivessem chamado a atenção dos alunos para o que é realmente interessante e importante, se tivessem desenvolvido as habilidades de expressão dos alunos, em vez de entupir suas aulas com regras ilógicas e nomenclaturas incoerentes, as pessoas sentiriam muito mais confiança e prazer no momento de usar os recursos de seu idioma, que afinal é um instrumento maravilhoso e que pertence a todos. (BAGNO,2007, pp. 37-38)

Será que as escolas brasileiras estão preparadas para trabalhar com e sobre as atitudes preconceituosas em relação aos falares regionais? Cabe dizer aqui que não se deve deixar de ensinar gramática, mas "Se não assumirmos nossa identidade linguística, problemas assim continuarão existindo e se expandindo gradativamente" (SANTOS, 2017, p.14).

As pessoas estão a todo o momento em contato com diferentes grupos o que faz com que elas aprendam a adequar-se linguisticamente dependendo da situação de fala e a escola precisa disponibilizar oportunidades para que os alunos e a comunidade escolar possam perceber as formas linguísticas e partilhar essas experiências tornando assim o ensino plural sobre as diversas possibilidades e, assim, significativo. Sabemos que onde estiver "agregado de pessoas que partilham experiências coletivas seja no trabalho, na igreja, nas escolas, nos sindicatos e associações, no lazer, no cotidiano, na rua ou no bairro, etc." cada pessoa consegue se adequar linguisticamente dependendo das situações vividas" (SANTOS, 2017 p.18 *apud* FARACO, 2008, p.40). Em relação a isso (SANTOS ,2017) diz que:

> Logo, uma mesma pessoa pode pertencer, ao mesmo tempo, a diversas comunidades de prática. Em cada uma delas há, geralmente, distintos modos de expressão, o que ocasiona a adequação do falante a elas e a outras situações. Desse modo, "cada falante é um camaleão linguístico" (SANTOS, 2017 p.18 *apud* FARACO, 2008, p.40)

As pessoas aprendem a se portar verbalmente dependendo dos espaços de convívio. Bortoni-Ricardo (2004) diz que os "erros de Português são simplesmente diferenças entre variedades da língua" (p.37). Variedades linguísticas são tudo o que foge as regras da variedade padrão. Portanto a variedade padrão possui um conjunto de regras a serem seguidos. De acordo com Bagno (2007) "em toda língua do mundo existe um fenômeno chamado variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos

os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico" (p.51).

A gramática ensinada nas escolas é baseada através dos manuais prescritivos, tais como livros didáticos, livros gramaticais, livros literários, entre outros, em que não atendem o uso real da língua falada pela classe popular. Bagno (2007) assevera que " [...]a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela"(p.63). Se a gramática é subordinada à língua, então por que o ensino de Língua não é de fato o praticado e ensinado nas escolas? SILVA (2009) diz que "Quem define o melhor modo de falar correto são os grupos socialmente dominantes" (p.18).

> Do ponto de vista linguístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma gramática — isto é, tem regras de funcionamento — que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em Portugal. Por isso os linguistas (os cientistas da linguagem) preferem usar o termo português brasileiro, por ser mais claro e marcar bem essa diferença. (BAGNO, 2007, P..24)

Então, o ensino de gramática normativa foi definido pelos grupos dominantes, desconsiderando as variações linguísticas e todo o acervo cultural que essas variedades carregam. Quando, por exemplo, o aluno fala "vamu" em vez de "vamos" e o professor o corrige, desconsidera o modo de falar do aluno e sua história social e promove no espaço escolar preconceito, pois, em muitos casos, o aluno se sente envergonhado de seu modo de falar, avaliando-o negativamente, como um falar inferior comparado à variedade de prestígio. Mais uma vez, é necessário ratificarmos que

> Simplesmente não existe erro em língua. Existem, sim, formas de uso de línguas diferentes daquelas que são impostas pela tradição gramatical. No entanto, essas formas diferentes, quando analisadas com critérios, revelam-se perfeitamente lógicas e coerentes. (BAGNO, 2001, pp.25-26).

Diante do que já expusemos, fica evidente que o que chamamos de língua portuguesa é, como qualquer outra língua, um conjunto de variedades. A nosso ver, cabe à escola dar ao aluno condições de transitar nessas diversas possibilidades de expressão e interação verbal, em conformidade com as exigências situacionais (im)postas pela vida na sociedade.

2.5 Preconceitos Linguísticos

A intolerância ideológica sem o exame crítico em relação às multifaces do preconceito linguístico vem perpetuando em quase todas as áreas do conhecimento humano. Os motivos que ocasionam comportamentos e atitudes preconceituosas não têm

nenhuma sustentação científica; pelo contrário, parecem surgir a partir de uma visão estática e homogênea de cultura e sociedade. No campo da linguagem, Soares (2008) e Bagno (2007) trazem reflexões sobre o preconceito linguístico.

Conforme Soares (2008), o preconceito linguístico está ligado a uma ideia pré-concebida que se tem em relação aos usos da linguagem, ou seja, acontece um pré-julgamento linguístico relacionado a fatores socioeconômicos e políticos. Para Bagno (2007), a discussão acerca do preconceito linguístico acontece devido a uma confusão histórica sobre a concepção de língua e gramática normativa. O autor afirma que:

> O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. (Bagno, 2007, p.08)

A língua, segundo Bagno (2007), "é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta" (p. 9-10).

Bagno (2007) afirma que o preconceito linguístico está ligado ao mito, segundo o qual "a Língua Portuguesa falada no Brasil possui uma unidade surpreendente" (p.15). Este mito, conforme o autor, seria o maior e mais sério dos mitos, pois desconsidera o *status* social das pessoas e não reconhece a diversidade do Português falado no Brasil.

De acordo com Soares (2008), a linguagem é o principal produto e instrumento para a transmissão da cultura. O confronto existente entre as culturas está presente tanto na ideologia da deficiência cultural, quanto nas diferenças culturais. A comparação entre os usos da língua tanto em uma quanto em outra cultura linguística ocorre nos espaços escolares. De acordo com a autora é necessário reconhecer essas culturas – seria incorreto hierarquizar cultura. Do ponto de vista científico as culturas apresentam de fato uma diversidade: cada grupo tem uma forma diferente, suas estruturadas são coerentes e igualmente complexas. A autora destaca que todas as culturas possuem suas complexidades e não há povos sem cultura e/ou deficiente culturalmente. Elas apenas, dependendo do contexto vivenciado, apresentam suas diferenças entre si (SOARES, 2008 p.14).

Do ponto de vista do senso comum, a fala é considerada como código que cada indivíduo adquire diferentemente um do outro. Silva (2009) destaca que o preconceito linguístico possui efeito negativo em relação ao uso da língua. Esses conjuntos de variedades linguísticas permeiam a sociedade e não devem ser considerados errados ou

inadequados por não haver língua homogênea. Para amenizar a pratica do preconceito, é necessário a conscientização e valorização desses conjuntos de variedades linguísticas, cujo conhecimento e uso só enriqueceriam as formas de expressão e interação verbal.

É papel da escola combater o preconceito linguístico com informações que desmitifiquem essa prática, e valorizem os falares plurais diversos. Segundo Bagno (2007, p.104) existe "atualmente uma crise no ensino de língua portuguesa", pois a Língua Portuguesa falada pelos sujeitos da classe de menor prestígio social não é a culta. Então, surgem questões tais como: como ensinar a falar uma língua que não é usada no dia a dia de um povo? E é na utilização da linguagem no cotidiano que os sujeitos vão construindo e reafirmando seus papéis sociais em cada grupo social.

Bortoni-Ricardo (2004, p.23) reafirma que "quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio". Esse domínio está ligado à função que cada pessoa tem e desenvolve no meio social, seja no lar, seja na empresa, na escola, na igreja e em outros espaços de interação social.

Bagno (2007, p.74) pondera que "os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo". Silva (2009) evidencia que o preconceito só existe por motivos sociais que demarcam as atitudes linguísticas de padrões advindos da classe dominante. Desmitificar as noções e práticas de preconceitos no âmbito escolar seria necessário realizar um árduo, lento e cauteloso trabalho de conscientização tanto dos profissionais, quanto dos alunos, no intuito de desmontar esse sistema político educacional que estigmatiza cada vez mais indivíduos das camadas populares que se sentem desvalorizados em relação aos grupos sociais de maior prestigio. Nessas situações de interações existem variações linguísticas que poderiam ser objeto de pesquisa em de sala de aula, fazendo com que os alunos reflitam criticamente a respeito da língua falada valorizando a cultura linguística do outro (cf. BAGNO, 2007).

Por fim, Bagno (2007) afirma ainda que o preconceito linguístico é eivado de sentimentos negativos que inviabilizam até o processo de democratização do saber às classes dominadas. A conscientização da sociedade contra a prática preconceituosa de variedades linguísticas distintas daquela legitimada e ensinada é um trabalho árduo, profundo e continuo, porém necessário se queremos uma sociedade menos assimétrica e mais democrática.

3.0 ANÁLISES DE DADOS

Neste capítulo será analisado os dados coletados através dos questionários aplicados aos alunos do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Teotônio Vilela dando ênfase aos questionários aplicados para os alunos e a professora de língua portuguesa que ministra as aulas na turma pesquisada. Analisarei explicitando as regras e pressupostos teórico/metodológicos que norteiam este trabalho, de modo a ampliar o debate acerca da necessária definição de critérios para avaliação de confiabilidade da pesquisa científica.

3.1 Procedimentos da Pesquisa

Dado início as coletas de dados em março de 2016 e se estendeu até junho de 2019. Para realização da pesquisa foram adotados três aspectos importantes. O primeiro foi a observação da prática docente, o segundo foi a coleta de informações através de entrevista com a professora e o terceiro foi aplicação de questionário com os alunos da turma do 9º ano. Para o levantamento de dados da pesquisa, foram desenvolvidos questionários com perguntas semiestruturadas. É importante destacar que as entrevistas é uma das técnicas para a obtenção de dados qualitativos que contribuam com o que se pretende investigar. Gil (1999, p. 45) conceitua pesquisa como:

> [...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimento científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Os critérios de seleção dos entrevistados se deram da seguinte forma: na turma do 9º ano, foram selecionados 50% dos alunos, contemplando os critérios de paridade do sexo masculino e feminino entre a idade de 14 a 16 anos. Na turma havia 16 alunos, do quais selecionamos 8 para a aplicação do questionário. Como já dito, dos 8 alunos escolhidos, 4 eram do sexo masculino e 4 do sexo feminino. 6 alunos tinham 14 anos, dois 15 anos e dois 16 anos.

A troca de experiências e as relações existentes entre entrevistados e entrevistadora seguem critérios de confiabilidade para análise da qualidade das entrevistas, ao longo da realização do trabalho de campo. Esses critérios de pesquisa poder ser muito produtivo para os pesquisadores. Segundo Leonardos e Brito,

> A garantia de confiabilidade das pesquisas passa, necessariamente, pela explicitação das relações existentes entre os procedimentos adotados na coleta de material empírico, a literatura científica, o objeto de pesquisa e os resultados obtidos a partir dessas relações. (2001, p. 27).

Importante destacar que as escolhas adotadas pelo pesquisador, para uma boa pesquisa de campo, seguem critérios adotados na interação entre os conceitos existentes nos estudos científicos e as experiências adquiridas através do contato com o sujeito pesquisado. Segundo Leonardos e Brito, (2001).

> "toda escolha de um equipamento conceitual e operacional a ser adotado em um estudo ocorre em razão de uma interação entre o objeto a conhecer e a personalidade do pesquisador [...] Daí a importância de explicitar-se e justificar as opções metodológicas contextualmente, mediante descrição dos procedimentos priorizados e das formas pelas quais as informações foram obtidas e sistematizadas" (2001, p. 27).

Vale lembrar que, na realização da pesquisa de um trabalho cientifico, a fala do entrevistado tem valor nela mesma quando tomada como fonte de conhecimento e não pode ser utilizada como mera ilustração das teorias explicativas (cf. DUARTE, 2004). Partindo desse pressuposto, é preciso ter um critério de análise de forma correta, o material fornecido por nossos informantes tem concretude, densidade e legitimidade suficientes para, se for o caso, fornecer subsídio e base para questionarmos nossos pressupostos e mesmo concepções teóricas estabelecidas e consolidadas (Duarte 2004). Buscamos destacar nos tópicos seguintes critérios de análises das entrevistas, partindo do pressuposto das observações e intervenções teóricas metodológicas da pesquisa.

3.2 Práticas pedagógicas e concepções de linguagem da docente entrevistada

A vida escolar é uma importante ferramenta para os alunos distinguirem a norma padrão da fala intuitiva, saber diferenciar um complemento nominal de um adjunto adnominal ou conhecer como conjugar o verbo, ou até saber que na fala existem monitoramentos linguísticos. Bortani-Ricardo (2009) afirma que o falante deve saber se posicionar falando de uma forma compreensível com crianças de 3 a 7 anos para que assim chame a atenção delas. Deve adotar outra linguagem quando falar com jovens, pois possuem formas diferentes dos de crianças em relação ao comportamento, à compreensão e à faixa etária.

O papel da escola seria o de possibilitar condições necessárias para que os alunos desenvolvam suas potencialidades de maneira eficaz. Pensando nisso a escola busca organizar juntamente com toda equipe escolar um plano de ações que atenda essas

necessidades, de forma que colabore na construção do conhecimento desse aluno, para sua preparação para a vida profissional e social. De acordo com isso, Freire(1996) defende que

> [...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, apreendido pelos educandos. (FREIRE, 1996, p.14)

O processo de aprendizagem acontece em meio ao seu convívio social. Segundo a professora a escola contribui bastante na educação dos sujeitos, mas "a primeira é educação que você tem em casa né e a segunda é o que você recebe na escola porque a partir dela que você vai vivenciar a sua vida profissional vai ter já base pra o que você vai querer ser como profissional como pessoa"***(M.S,2019)***. É importante perceber que existem anseios e estímulo por parte da docente no processo ensino/aprendizagem por usar como método a interpretação textual de forma que contribuam em sua vida adulta e profissional.

Em suas aulas, possibilita aos alunos fazerem análises e comparações com a realidade vivida por eles. Trabalha tanto com "Língua Portuguesa como em redação[7] leitura, interpretação e a gramática né eu sigo o plano. O trabalho com tudo principalmente com texto e português é interpretação aí já interliga a gramática (M.S, 2019). No ano de 2019, a escola criou um projeto que visa contribuir na alfabetização e letramento de alunos que apresentam dificuldades de leitura e interpretação, todos os professores foram envolvidos e cada professor tem a responsabilidade de alfabetizar um ou dois alunos.

De acordo com a docente, há algumas dificuldades em desenvolver um trabalho eficaz devido à falta de livros didáticos que contemplem todos os alunos. Muitas vezes ela vai a outras escolas em busca de livros que contribuam no processo ensino/aprendizagem, além dos livros didáticos a professora faz uso de internet e monta apostilas[8] e vídeos que colaborem com o ensino de forma significativa. No entanto escola dispõe de uma biblioteca que possui acervo bastante extenso para colaborar com os alunos e também dispõe de uma bibliotecária que desenvolve projeto de leitura uma vez na

[7] A professora se refere a disciplina de redação, na qual ela também ministra essa disciplina nas escolas de Canaã dos Carajás.

[8] Tipo de impresso ou de caderno que contém conteúdo da disciplina que será lecionada pela professora ou a escola.

semana, fazendo com que esses alunos participem do debate refletindo e contribuindo com a realidade dos jovens. Essas contribuições ajudam bastante no processo de ensino aprendizado dos alunos, pois eles interagem uns com outros, há uma troca de experiência através do contato e dos debates entre eles. A docente destaca na entrevista que "essa pluralidade se reflete no âmbito escolar, pois a heterogeneidade linguística está em toda parte existe a miscigenação de pessoas de todos os lugares do Brasil" (M.S 2019)

Na escola e nos grupos sociais, a variação linguística é predominante incluindo a diversidade regional que é moldando pelos falares e saberes culturais. Para Bortoni-Ricardo (2004) "Toda variedade regional ou falar é, antes de tudo um instrumento indenitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social [...]" (p.33).

Em relação ao uso de diferentes normas linguísticas na sala de aula, a professora relata que intervém e corrige os alunos sempre que falam algo que considere diferente do que a norma padrão exige. É feito o uso dessa intervenção mesmo inconscientemente. Outro fato importante é que a professora afirma que "como professor, a gente sempre procura corrigir, ensinar da forma correta, até porque quando eles tiverem a oportunidade de estar na frente de um profissional pra uma entrevista" (M.S,2019).

Segundo Bagno (2007), "as regras que aprendemos na escola em boa parte não correspondem à língua que realmente falamos e escrevemos no Brasil" (p.34). Então, o ensino acontece de forma contraditória desvalorizando a língua falada e utilizada de fato pelos falantes. As concepções que foram concebidas durante todo esse tempo em relação a língua é que se precisa aprender a falar a língua portuguesa mesmo sabendo que não se fala como deveria. Desta forma Bagno afirma em relação às práticas de ensino que.

> [...]se durante todos esses anos os professores tivessem chamado a atenção dos alunos para o que é realmente interessante e importante, se tivessem desenvolvido as habilidades de expressão dos alunos, em vez de entupir suas aulas com regras ilógicas e nomenclaturas incoerentes, as pessoas sentiriam muito mais confiança e prazer no momento de usar os recursos de seu idioma, que afinal é um instrumento maravilhoso e que pertence a todos! (Bagno, 2007, p. 37-38)

Percebe-se que a docente não deveria ensinar somente a gramática normativa, mas seria preciso fazer reflexão sobre as metodologias valorizando tanto a regras gramaticais da norma culta quanto vernáculo dos alunos, fazendo assim com que os alunos compreendam a diferença e em quais situações adotar cada forma linguística, pois precisam adquirir conhecimento sobre essas regras gramaticais. Sabemos que existe uma diferença entre fala e escrita e nos processos avaliativos o que rege é a escrita gramatical coerente, no entanto o docente precisa ser o mediador consciente desse processo de

conhecimento de forma significativa valorizando os saberes locais. Nesse sentido, Freire (1979) destaca que o docente precisa conscientizar-se de que:

> [...] a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda a educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação (FREIRE, 1979, p. 40).

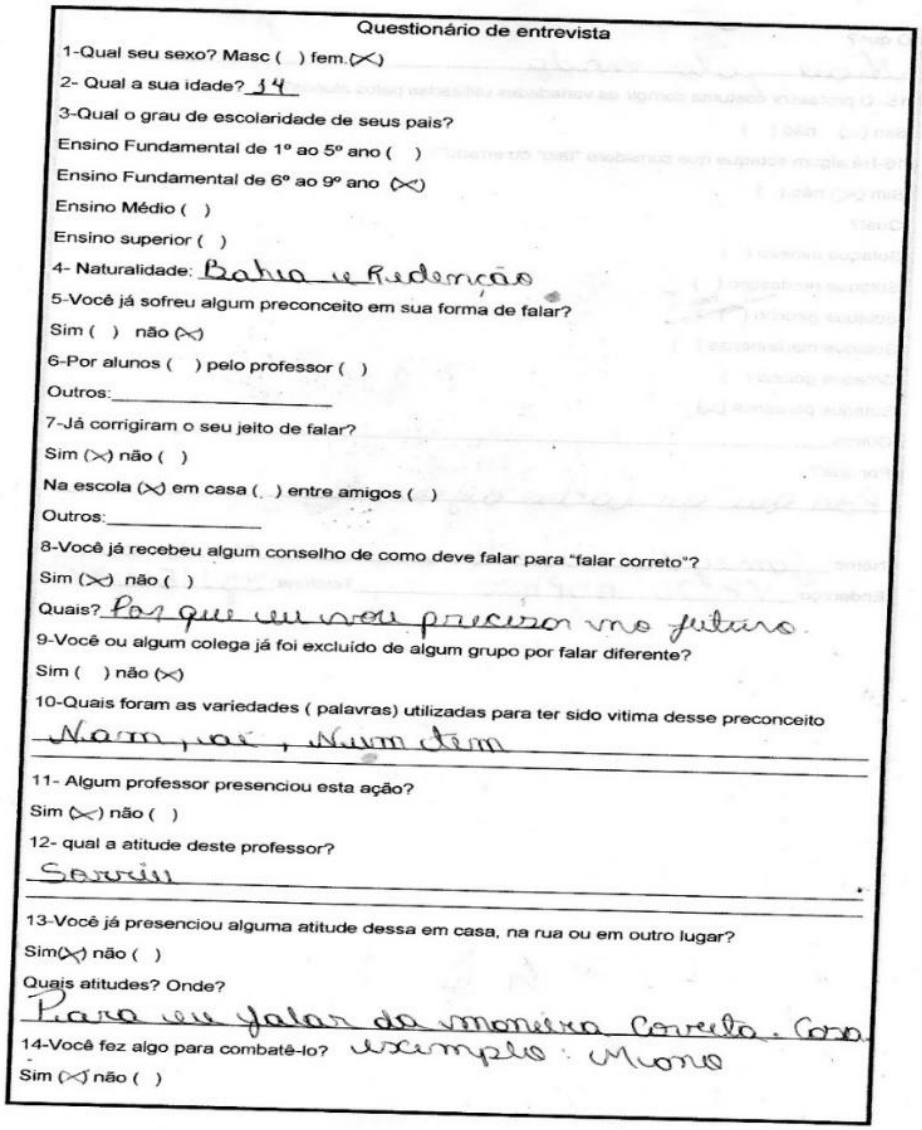
Compreende-se que o docente, necessita trabalhar com a reflexão de perspectivas e expectativas, as quais lhe exigem uma nova forma de pensar sua prática em sala de aula, na qual ele construa o sentimento de pertença, inclusive no repensar seu real papel na sociedade, visando ao contexto em que atua.

A prática pedagógica precisa ser problematizada analisando os aspectos presentes e que interferem no cotidiano escolar atrelado a um contexto propício para a proliferação de concepções que vão sendo construídas e modificadas com o passar dos tempos, idealizadas em nossas relações sociais do dia a dia. Diante disso o docente necessita ter uma visão clínica da realidade de uma sociedade e repensar sua ação educativa que vise contribuir com essa sociedade competitiva e seletiva, de forma que valorize as potencialidades dos sujeitos.

3.4 Análises das Entrevistas com Alunos

Nesta seção, analisamos as entrevistas aplicadas aos alunos da turma de 9º ano da Escola Teotônio Vilela na qual foi desenvolvida a pesquisa. Na figura 06 abaixo apresentarei o modelo de questionário que foi organizado pala pesquisadora objetivando fazer levantamentos de dados para ser analisado durante a pesquisa e construção do trabalho de conclusão do curso.

Figura 6 - Questionário de entrevistas com os alunos na Escola Teotônio Vilela em Canaã dos Carajás



Questionário de entrevista

1-Qual seu sexo? Masc ( ) fem.(X)

2- Qual a sua idade? 14

3-Qual o grau de escolaridade de seus pais?

Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano ( )

Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano (X)

Ensino Médio ( )

Ensino superior ( )

4- Naturalidade: Bahia e Redenção

5-Você já sofreu algum preconceito em sua forma de falar?

Sim ( ) não (X)

6-Por alunos ( ) pelo professor ( )

Outros:

7-Já corrigiram o seu jeito de falar?

Sim (X) não ( )

Na escola (X) em casa ( ) entre amigos ( )

Outros:

8-Você já recebeu algum conselho de como deve falar para "falar correto"?

Sim (X) não ( )

Quais? Por que eu vou precisar no futuro.

9-Você ou algum colega já foi excluído de algum grupo por falar diferente?

Sim ( ) não (X)

10-Quais foram as variedades (palavras) utilizadas para ter sido vitima desse preconceito

Nam, vai, Num tem

11- Algum professor presenciou esta ação?

Sim (X) não ( )

12- qual a atitude deste professor?

Sorriu

13-Você já presenciou alguma atitude dessa em casa, na rua ou em outro lugar?

Sim(X) não ( )

Quais atitudes? Onde?

Para eu falar da maneira Correta. Como

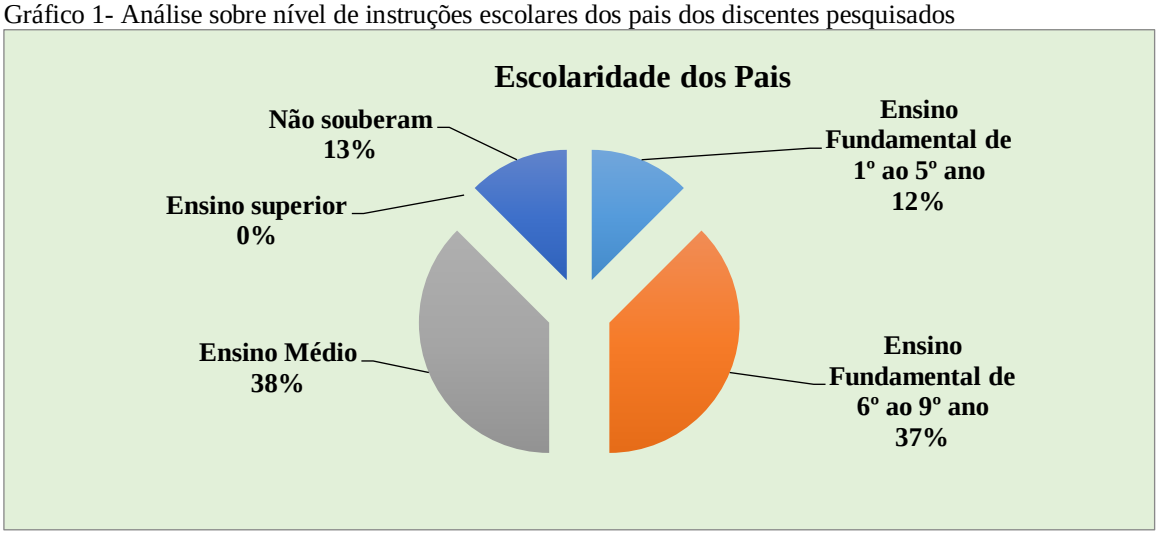
14-Você fez algo para combatê-lo? exemplo: Mano

Sim (X) não ( )

Fonte elaborada pela autora (Dijane – 2019)

No gráfico abaixo de número 1 destaco o grau de escolarização dos pais dos alunos e alunas pesquisada. Nesta análise foi constatado que há um número significativo de pais com escolaridade elevado, representando um panorama em que o meio influência em seu repertório linguístico, e isso acontece de acordo com o meio social ao qual o aluno está inserido

Gráfico 1- Análise sobre nível de instruções escolares dos pais dos discentes pesquisados



Fonte elaborada pela autora (Dijane 2019)

Ainda continuando sobre o gráfico 1 os pais que concluíram o ensino fundamental de 1º ao 5º ano são 12%, de 6º ao 9º são 37%, no ensino médio chega a 37%. Esta analise revela que nenhum dos pais conseguiram terminar o ensino superior, porém a maioria concluiu o ensino médio. Em relação a esse fato por tratar-se de a grande maioria apresentar uma escolarização elevada e ter tido contato com textos literários e a norma culta ainda assim as correções na forma de falar acontecem.

Outro fato importante sobre onde os pais nasceram destaca-se a partir da quarta questão do questionário, que 6% dos pais dos alunos pesquisados nasceram no estado de Pernambuco, 6% nasceram no Estado da Bahia, 6% nasceram no Estado do Maranhão, 13% nasceram no Estado do Tocantins, 56% nasceram no Estado do Pará e 13% não souberam responder.

As trajetórias de muitos sujeitos em busca de melhores condições de vida são marcadas por lutas e oportunidades ofertadas. Neste sentido, desde década de 70 aos anos atuais muitas pessoas procuram essa região com objetivo de conquistar melhores condições de vida.

> Além disso, o plano de colonização agrícola oficial, a instalação de canteiros de obras, especialmente a construção da barragem de Tucuruí e a implantação do Projeto Carajás, a descoberta da mina de ouro de Serra Pelada, aceleraram e dinamizaram as migrações para o sudeste do Pará nas décadas de 1970 e 1980.(SILVA,2006, p.38)

Com base nesses resultados percebe-se que 18% dos pais nasceram na região norte, porém no que se refere à outra naturalidade dos que nasceram no Nordeste somam 18%. Importante destacar que esta pequena parcela de pais que migraram de outros estados e ao chegar ao Pará são vulneráveis ao preconceito, pois tem culturas diferentes.

Já os filhos e netos dos descendentes que vieram de outros lugares com culturas diferentes e nasceram aqui nesta região foram totalmente renovadas. Netos das famílias que contribuíram na construção da comunidade nos anos 80 trouxeram uma bagagem cultural e linguística apresentando características distintas.

> [...] a nossa cultura é muito diversificada. Porque nós temos uma família onde ela tem várias pessoas ali dentro da mesma família, às vezes cada um nasceu num estado diferente e traz alguma coisa que acontece bastante no seu estado, é porque é a base familiar. Porque aquilo tudo vai se juntando e acaba se transformando em alguma coisa diferente, na alimentação, nas palavras que é utilizada até no estilo de vestes, então cultura é tudo isso, a gente valorizar tudo que todo mundo tem e tentar se manter em sociedade[...] (J. S. 2017)

A comunidade escolar atende um público-alvo diferenciado tais como indígenas, negros, quilombolas assim como também com religiosidades diferentes tais como também os religiosos católicos, protestantes e espirita, transformando assim o espaço escolar rico, pois há a interação diversificada de construção dos saberes que envolvem a cultura dessa comunidade.

No que se refere à discriminação pela forma de falar, 63% dos alunos responderam que nunca foram rejeitados em grupos de amigos pelo seu jeito de falar. De acordo com esse percentual a prática de preconceito em relação à língua acontece em pequena escala entre os alunos, pois 37% dos alunos já sofreram algum tipo de preconceito na forma de falar. Diante disso, percebemos que alguns alunos ficam retraídos, inibidos ou com medo de falar e serem discriminados pelo fato de falarem “diferente” dos demais. A esse respeito, Bagno afirma que

> Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que “brasileiro não sabe português”, que “português é muito difícil”, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas “falam tudo errado”. Acionar nosso senso crítico toda vez que nos depararmos com um comando paragramatical e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (enunciando, de preferência)as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes (BAGNO,2007, p.114).

Esse fator demonstra como as práticas dessas atitudes são importantes no âmbito escolar, e como estão naturalizadas ao ponto de os próprios alunos não perceberem atitudes que os fizeram ficar inibidos em falar na sala de aula ou fora dela. Muitos apresentam comportamentos causados por tais práticas preconceituosas, que interferiram em suas formas de pensar, vendo essas atitudes como algo comum e natural. Um dos entrevistados, por exemplo, ressalta que precisaria futuramente dessas correções em sua forma de falar, pois posteriormente seriam úteis em sua vida social como cidadão competente.

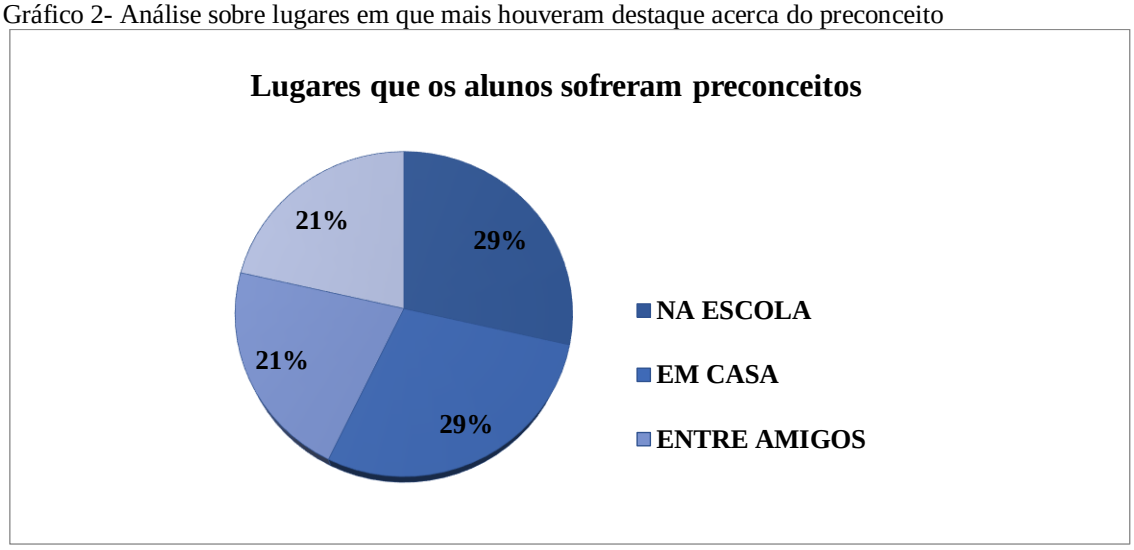
As práticas de correção da fala estão presentes nas atitudes humanas e geram diferentes comportamentos ao ponto de considerar a correção da fala como uma prática natural e por isso assimilam ao uso da norma culta como a única a ser falada. Em relação a isso, Bagno argumenta que

> Como se vê, do mesmo modo como existe o preconceito contra a fala de determinadas classes sociais, também existe o preconceito contra a fala característica de certas regiões. É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão principalmente na Rede Globo. (BAGNO, 2007, p.42,43)

Ao serem questionados por quem foi praticado o preconceito linguístico, 63% dos entrevistados não responderam, pois, a prática dos preconceitos inibe a atitude de quem o sofre. Apenas 37% responderam que as práticas foram causadas pelos próprios alunos no espaço escolar. Porém essa é uma forma de negação a uma prática que é vista como comum pelas vítimas nesse tipo de atitude.

O gráfico abaixo de número 2 demonstra os lugares onde mais ocorrem correções na forma de falar.

Gráfico 2- Análise sobre lugares em que mais houveram destaque acerca do preconceito



Fonte elaborada pela autora (Dijane 2019)

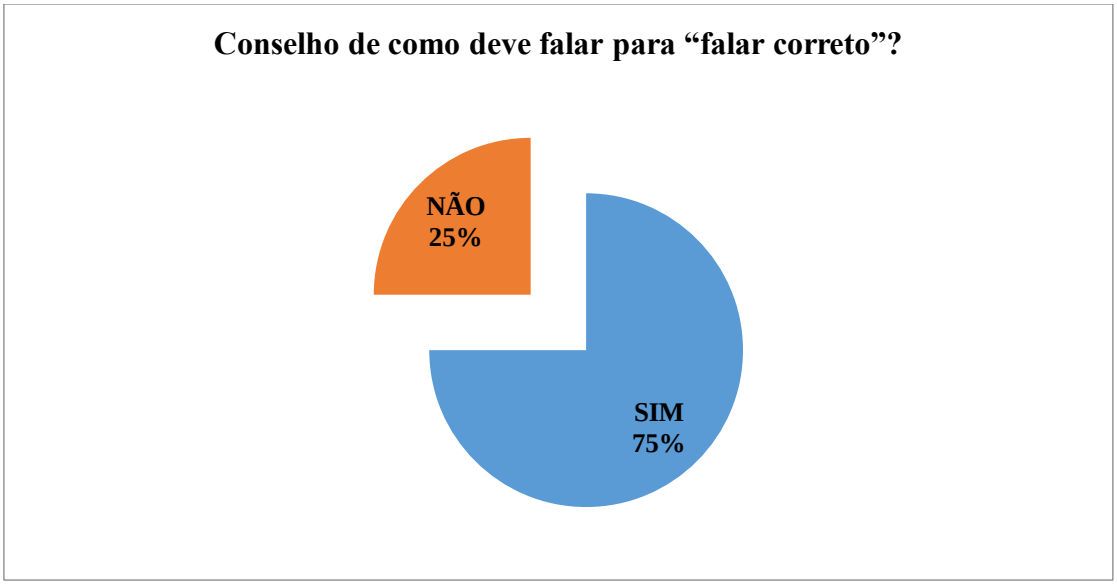
Ainda sobre o gráfico 2 quando questionamos a respeito dos lugares em que os alunos mais sofreram preconceito, 29% dos alunos responderam que sofreram preconceito na escola, 29% em casa, 21% no parque e em passeios entre amigos, e 21% não responderam. Isso demonstra na pesquisa que os lugares onde mais se dissemina a prática preconceituosa em relação à língua falada são na escola e em casa. Isso nos incita a refletir sobre as atitudes de preconceitos, pois o uso da língua falada de alguma forma dissemina práticas preconceituosas. Porém Bagno (2001, p.176) defende que

> [...] “esses usos sejam plenamente aceitos em todos os eventos de linguagem, em qualquer situação de interação, em todo o tipo de texto, do mais formal ao mais informal, nas atividades de oralidade e de letramento de todo e qualquer falante nativo da língua portuguesa no Brasil” (Bagno 2001, p. 176)

Pois há uma relação de trocas de saberes entre a escola e a família, e a escola que adotou o modelo de educação elitizada considerando o ensino de língua portuguesa como uma língua de norma padrão desconsiderando a língua materna muitas vezes esta língua não é valorizada e nem problematizada na escola. Alguns pais que passaram pelo processo de ensino escolar ofertado de maneira elitizado reproduzem o ensino da norma padrão para com os filhos, então essa prática de correção da fala reflete para com os filhos na intenção de que aprendem expressando corretamente de acordo com o que a norma culta exige.

No gráfico abaixo de número 3 será analisado de como si dá as práticas de conselho na forma de falar correto ou errado.

Gráfico 3 – Análise sobre conselho na forma de falar.



Fonte elaborada pela autora (Dijane 2019)

Ainda no gráfico acima de número revela que dos alunos entrevistados 75% recebeu algum tipo de conselho para que fale de forma correta. A maioria das pessoas que escutam uma pessoa que fala a língua portuguesa considerada diferente da norma culta sente o desejo de corrigir mesmo que não a falem como deveria.

Para saber falar uma língua não precisa saber todas as regras que aprendemos na escola, pois ela pode ser intuitiva ou inconsciente, é importante que cada um saiba falar sua língua de acordo com sua cultura. Marcos Bagno (2009, p. 19) afirma que existe uma

regra de ouro na linguística que revela que “só existe língua enquanto houver seres humanos que a falem”.

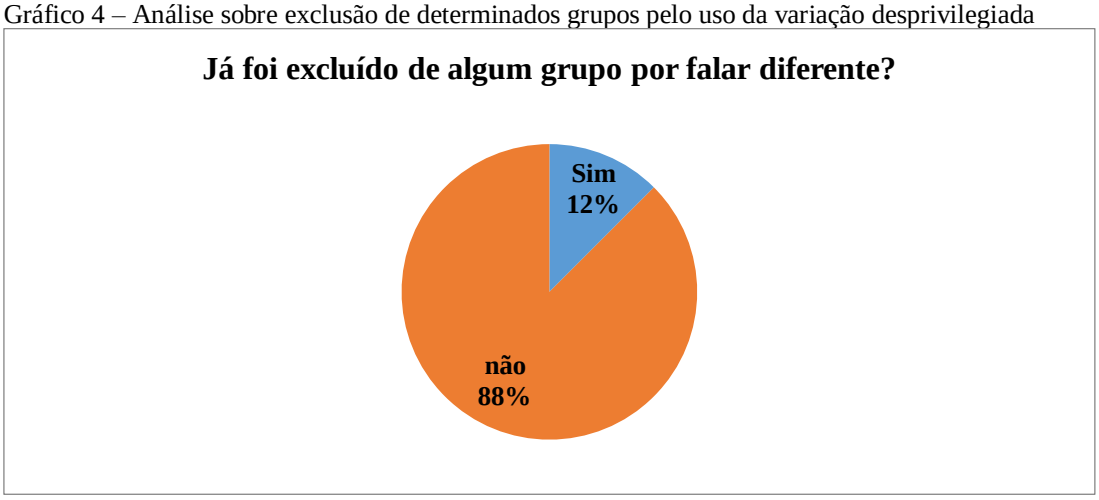
Considerando que havendo quem não fale não haverá língua, cada grupo social, cada pessoas tem o modo de falar. Para Bagno (2009) “Acusar alguém de não saber falar a própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber ‘usar’ corretamente a visão (...) ou o olfato” (BAGNO, 2003, p. 17). Para ele, a criança já nasce usando alguns conectivos da gramática padrão, tais atitudes não significa que foi ensinado na escola; é próprio da língua, ela sofre variações de acordo com cada sujeito que está inserido numa localidade, região, ou seja, está inserido em meio à diversidade cultural e linguística que sempre estará sofrendo alterações, devido aos contatos de usos linguísticos reais.

Na questão sobre correção, alguns alunos responderam que foram corrigidos na hora de falar, dentre eles um respondeu que o avô o corrigiu e pediu para que não falasse a expressão “*num tem”*; o outro disse que o corrigiu para que falasse *você* em vez de *ocê* um respondeu que não lembrava a palavra que tinha sido corrigido, outro aluno confirma que é preciso ser corrigido antes, pois no futuro vai precisar.

É notório que o preconceito quanto ao modo de falar acontece em diversos lugares no Brasil e no mundo, pois as pessoas se relacionam em determinados espaços socioculturais e nessa relação os grupos de convívio social também se diversificam. Essa variedade no modo de falar deveria ser problematizada com conscientização do dinamismo linguístico por não haver uma língua homogênea.

No gráfico abaixo de número 4 foi analisado que os estudantes foram excluídos de grupos por falar diferentes, sendo 88% responderam que não foram excluídos por falar diferente, mas 12% responderam que já foram excluídos.

Gráfico 4 – Análise sobre exclusão de determinados grupos pelo uso da variação desprivilegiada



Fonte elaborada pela autora (Dijane 2019)

Sobre o gráfico acima de número 4, cerca de 88% dos alunos responderam que foram excluídos de determinado grupo por falar diferente, isso acontece por questões políticas, socias e econômicas que determinam a norma culta como única legitima a ser falada. Sabemos que a língua é produto da interação humana, e tem a finalidade de fazer com que as pessoas comuniquem-se e sejam compreendidas então se todos nós aprendemos a falar desde 1 ano de idade e essa criança e compreendida pelos pais, logo a língua já fez a sua função social e essa mesma língua vai sofrendo variações com os mais variados contextos sociais em que a língua está inserida.

Quando os alunos foram questionados sobre as práticas de exclusão por falar diferente, percebemos que as palavras "cê, oce, tu, vamu, mermo" são as que estão imbricadas nas diversas falas dos sujeitos advindos de outras regiões, em especial do nordeste do Brasil. Conforme Bagno (2003), essas palavras estão fora dos padrões da norma culta. Os gramáticos tentam preservar a língua de maneira correta, civilizada, elegante, de acordo com o que diz a norma prescritiva que seguem os padrões usados nas obras literárias, atendendo um padrão gramatical não utilizado pela classe popular, proporcionando assim os preconceitos linguístico.

Os alunos são vítimas de preconceito, alguns ficaram intimidados em responder, outros disseram sorrindo e ao mesmo tempo sem jeito. As palavras que mais surgiram foram: mermo (mesmo) rei (velho), tu (você), ocê (você), cê (você), eli (ele), visse (entendeu), vamu (vamos), nam (não), aí (dar continuidade na fala), num tem (você entendeu? / você sabe?). O preconceito não está se referindo apenas a questões linguísticas, mas também a questões sociais e políticas e estão enraizadas na mentalidade da sociedade tanto no meio familiar como no meio escolar. Conforme (BAGNO, 2007):

> Se dizer Craudia, praca, pranta é considerado "errado", e, por outro lado, dizer frouxo, escravo, branco, praga é considerado "certo", isso se deve simplesmente a uma questão que não é linguística, mas social e política — as pessoas que dizem Craudia, praca, pranta pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada"feia","pobre","carente", quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola(BAGNO, 2007, p. 40).

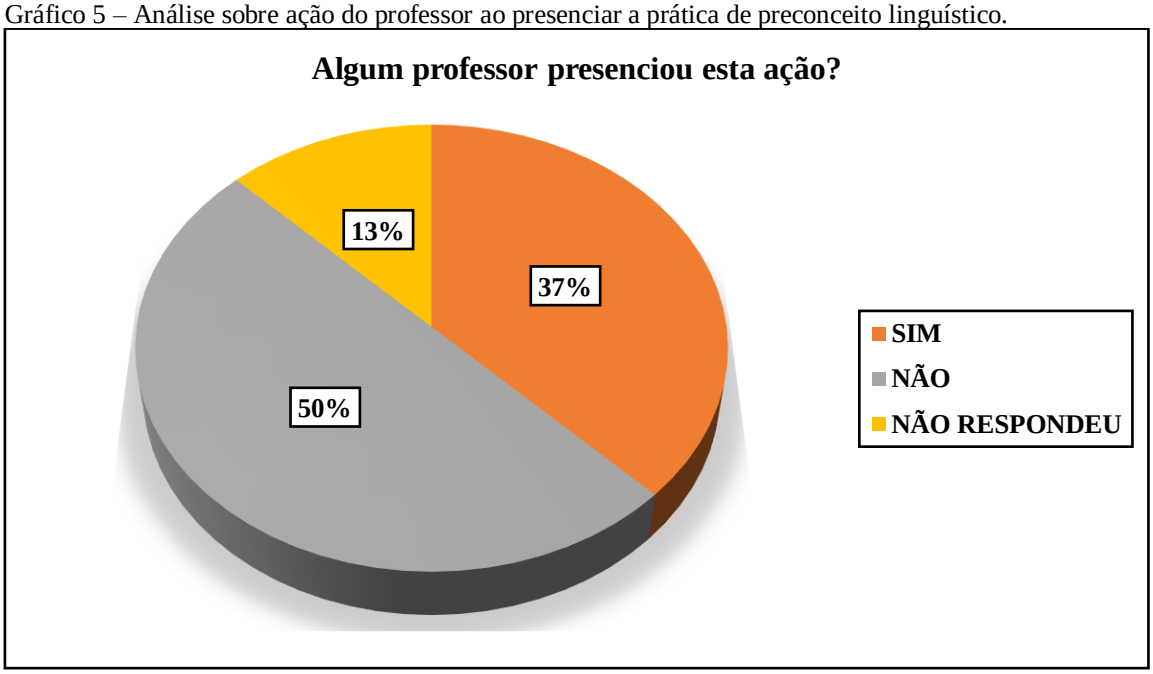
As noções que se tem em relação ao erro *vs* acerto se devem a fatores não somente linguístico como também social e político. Os alunos que se expressam dizendo "pranta, praça ou frouxo" muitos são aqueles que tem acesso à educação escolarizada, porém suas culturas são diferentes por isso sofrem preconceito que acarreta em fardo para

si próprio, ou seja, eles consideram a sua própria língua como feia, engraçada, carente e pobre. Bagno (2007) partilha da ideia de que a língua que essa classe inferiorizada utiliza é apenas diferente da língua ensinada na escola, que está na gramática, no dicionário, e simplesmente por apresentar características diferentes e por não ser de alguém da elite é desconsiderada.

Segundo Bagno "existe um fenômeno chamado variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico" [...] (BAGNO 2007, p. 51). Apesar disso, o fato é que a escola precisa ser um espaço de interação e construção de valores linguísticos que contribuam na formação de cidadãos conscientes. Existem diferentes tipos de falares disponibilizando aprendizagens e valorizando as possibilidades existentes nas mais diversas variedades culturais linguísticas, sofrendo alterações em diferentes contextos sociais. A sociedade não fala da mesma maneira e isso precisa ser discutida nos espaços escolares, pois é nesse espaço que essa variação linguística está presente.

No gráfico abaixo de número 5 destaca sobre as ações dos professores quando se depara ao presenciar práticas de preconceito com os alunos no âmbito escolar

Gráfico 5 – Análise sobre ação do professor ao presenciar a prática de preconceito linguístico.



Fonte elaborada pela pesquisadora (Dijane 2019)

No gráfico acima quando os alunos foram perguntados sobre as atitudes que os professores tomaram em relação ao preconceito linguístico, 37% alunos disseram que presenciaram alguma atitude acerca de preconceito linguístico, 50% responderam que não presenciaram nenhuma atitude por parte do professor e 12% não souberam responder. Ao

serem questionados, os alunos que responderam que alguns professores presenciaram a prática do preconceito linguístico, enfatizando que não foi tomada nenhuma providencia por parte dos professores. Estas práticas de preconceito é muito frequente na escola tanto pelos alunos como também pelos professores e demais profissionais. Outro fato ocorre com a coordenadora da escola, ela destaca sentir na própria pele por ser nordestina e relata que "quando a gente fala TIA , TI, eles acham feio que a gente tá querendo ser boçal[9] no sei o que quer falar muito correto então a gente acaba sofrendo esse tipo de discriminação e do mesmo jeito é quando a gente vem com esse estilo de fala de lá pra cá". A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2004)

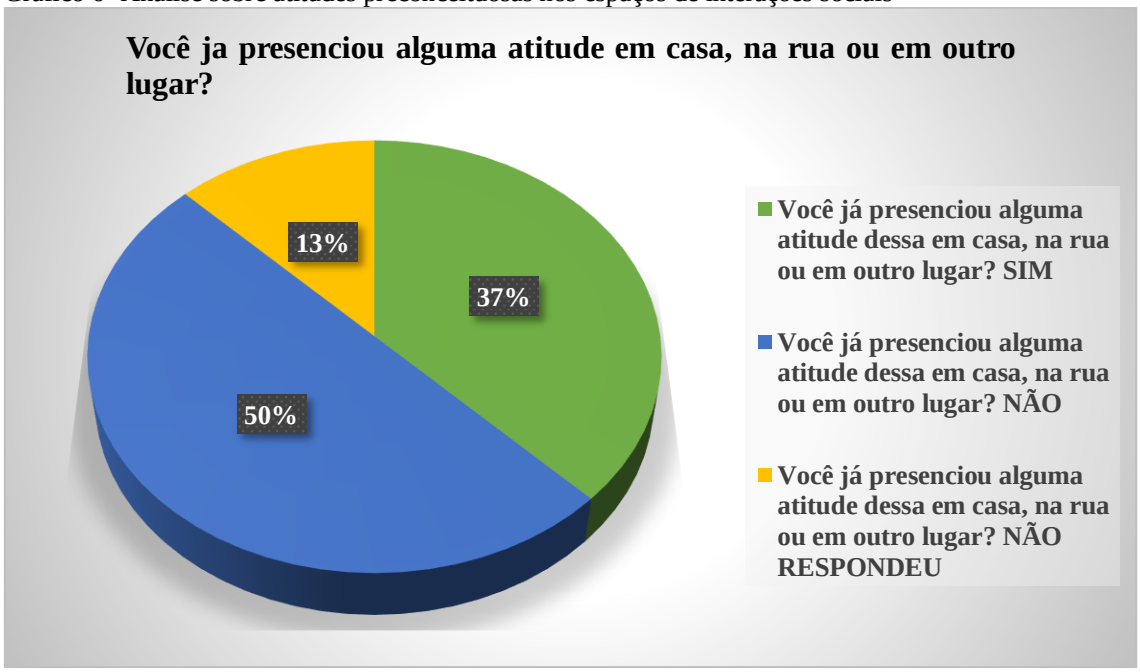
> Estamos vendo, então que são fatores históricos, políticos e econômicos que conferem o prestígio a certos dialetos ou variedades regionais e, consequentemente alimentam rejeição e preconceito em relação a outros. Mas sabemos que esse preconceito e perverso não têm fundamentos científicos e tem de ser seriamente combatido, começando na escola. Conhecemos bons professores, provenientes da região Nordeste e dos estados de Goiás e Mato Grosso, que tiveram problemas para trabalhar em escolas particulares em Brasília com alegação, por parte dos dirigentes das escolas, de que sua fala seria "um mau exemplo para os alunos" (p.34-35).

Então, as práticas preconceituosas acontecem no âmbito escolar e muitas vezes até mesmo professores, coordenadores também sente essa prática no processo.

No gráfico abaixo de número 6 será analisado as atitudes de preconceitos nos espaços escolares e não escolar.

[9] Boçal significa rude, grosseiro, imbecil ou ignorante. Na gíria brasileira, boçal é também aquele indivíduo exibicionista, esnobe e chato, que age com arrogância normalmente por ter melhores condições financeiras ou por se sentir superior aos outros.

Gráfico 6- Análise sobre atitudes preconceituosas nos espaços de interações sociais



Fonte: Dijane dos Santos – 2019 resultados obtidos a partir da pesquisa.

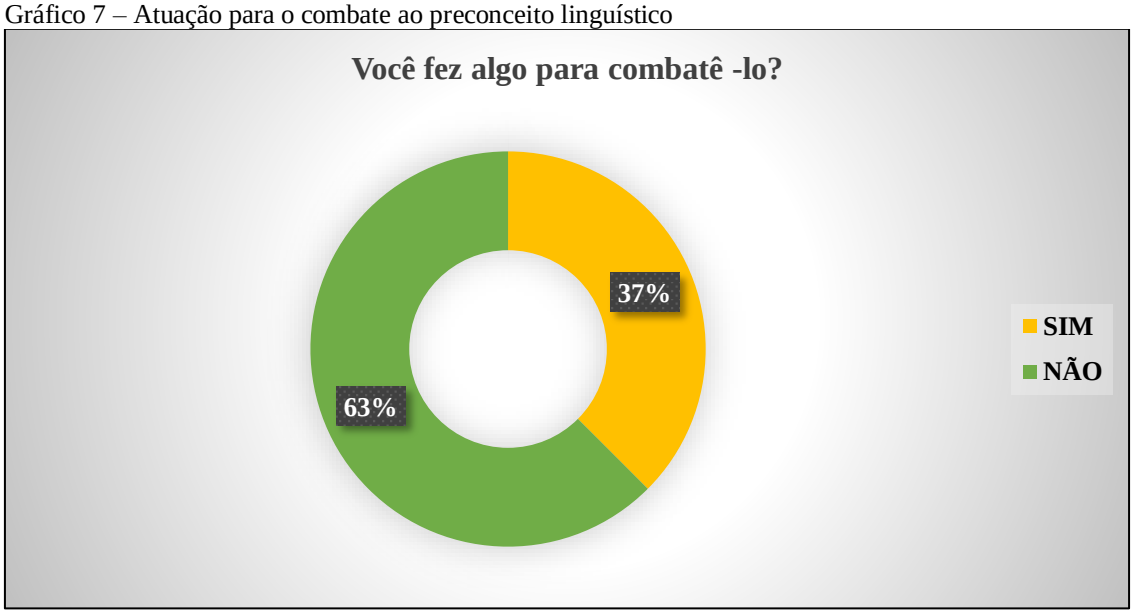
Percebe -se que apenas 37% dos entrevistados responderam que o professor sorriu ao presenciar tais práticas preconceituosas e em seguida os corrigiu, no que destaca na fala de uma das alunas "*sorriu, reclamou e falou a forma correta de se falar*". Essa escrita demonstra como o preconceito linguístico é tratado no âmbito escolar também pelos professores. Segundo Bagno (2007), sob a ótica do preconceito linguístico existe um triângulo dotado de um conjunto de regras que devem ser seguidas, pois atendem um padrão normativo que é, a escola – gramática – dicionário e a única variedade que deve ser usada é a Língua Portuguesa, pois atende aos princípios desse triângulo, tudo o que foge dele, é tido como "errado", "estranho", "engraçado", "ridículo".

Na escola, percebemos que a taxa de preconceito é grande, possibilitando aos pesquisadores fazer uma reflexão. Sabemos que a escola é um lugar que precisa quebrar esses paradigmas, é um lugar de troca de conhecimento, de conhecer um ao outro, das diferenças, onde cada um deve sentir-se parte do processo de construção de transformação social e de identidades, respeitando o modo de falar. Nesse sentido, concordamos com Aquino & Ribeiro (2011, p. 2), ao afirmar que "toda fala segue algum tipo de regra de forma intuitiva, possuindo assim uma gramática. Dessa forma, saber uma gramática não significa necessariamente conhecer de cor a regra que se aprende na escola, ou saber fazer análises morfológicas ou sintáticas". Mas sim compreender que a gramática tem a função de regular a linguagem e estabelecer padrões da escrita e fala para os falantes de uma

língua. No ensino de língua portuguesa gramática é a única aceita e discutida no ambiente escolar, pois segue uma estrutura que ainda é preservada.

No gráfico abaixo de número 7 alguns alunos relataram que fizeram algo para conter as práticas de preconceito, uma aluna destaca que “cada pessoa fala de acordo com a região de onde vem sua família”. Com tal atitude, esses alunos demonstram que não tem preconceito, e entende que cultura a qual está inserido influência nas diferenças linguísticas. No entanto, 63% dos alunos demonstraram não fazer nada para combater essa prática preconceituosa.

Gráfico 7 – Atuação para o combate ao preconceito linguístico

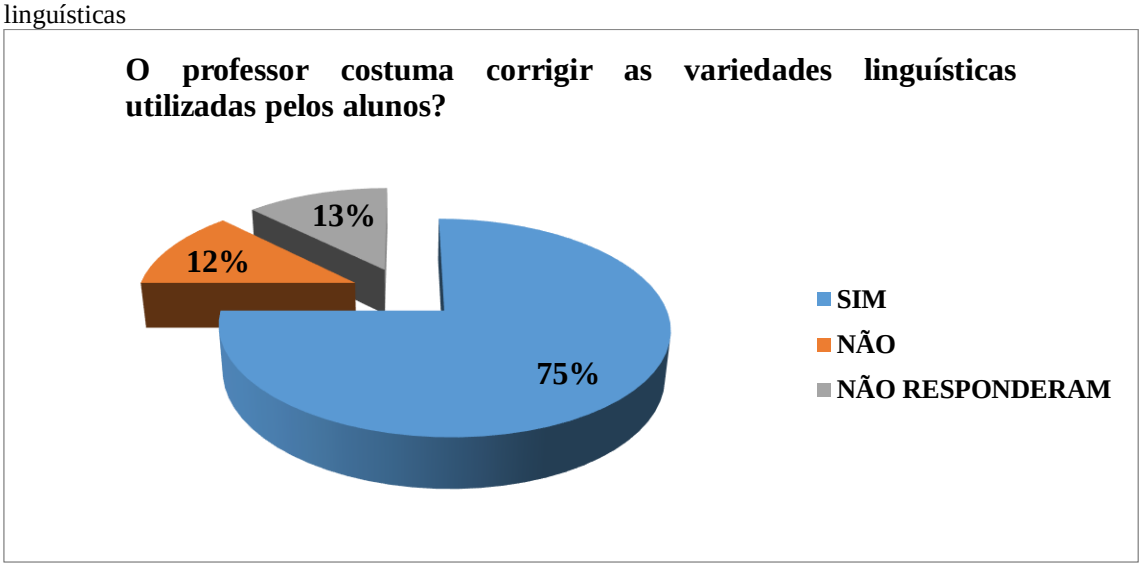


Fonte elaborada pela pesquisadora (Dijane 2019)

É importante destacar sobre essa ação da prática preconceituosa muitos alunos respondeu que “ninguém é perfeito”, outro disse “não lembro” e o outro “não falei nada”. percebe-se que os alunos não veem as atitudes de correção como uma prática preconceituosa, pois eles precisam aprender, conhecer e falar a língua portuguesa de acordo com o que diz a norma padrão. Bagno (2007) traz importantes reflexões sobre o papel da mídia, dos livros, manuais, jornais e revistas em relação à propagação do preconceito, afirmando que esse preconceito vem sendo alimentado por essas concepções que se tem dos usos linguísticos que ensinam ou pretendem ensinar o “certo” e o “errado”.

O gráfico abaixo de número 8 destaca as práticas de correção feita pelos professores ao corrigir os alunos em sua forma de falar.

Gráfico 8 – Análise sobre as práticas que o professor costuma corrigir os alunos sobre as variedades linguísticas



Fonte: Dijane dos Santos – 2019 resultados obtidos a partir da pesquisa.

No gráfico de número 8 de acordo com os dados coletados, cerca de 75% dos alunos disseram que foram corrigidos pelo professor no momento em que iriam apresentar um trabalho de exposição oral na Escola, 12% disseram que não e 13% não responderam. É importante ressaltar que é papel da escola ensinar a norma padrão, mas de forma que não desconsidere as variações linguísticas valorizando a cultura local.

A norma padrão é ensinada na escola, já que seu ensino é uma ferramenta essencial para a democratização do conhecimento e para o acesso de informações fundamentais para a vida de qualquer pessoa (RIBEIRO & AQUINO 2011, p.3). Neste sentido, o professor tem essa preocupação com o uso da norma padrão. Bortoni-Ricardo (2004) destaca que:

> Às vezes será preferível adiar uma intervenção para que uma ideia não se fragmente ou um raciocínio não se interrompa. Mais importante ainda é observar o devido respeito às características culturais e psicológicas do aluno. A escolher entre a não intervenção sistemática e a intervenção desrespeitosa, ficamos é claro com a primeira alternativa (BORTONI-RICARDO, 2014, p.42).

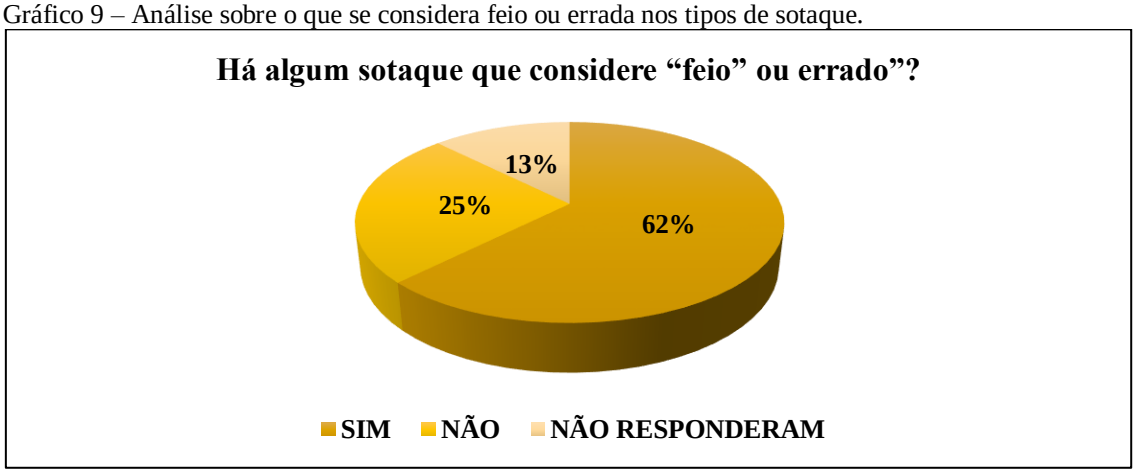
É fato que o professor deve corrigir os usos linguísticos desde que não contribua com a perpetuação de preconceitos ridicularizando ou intimidando o aluno, mas que mostre os locais de uso e o leque de possibilidades de uso de outras variedades. Os alunos precisam aprender a norma padrão para utilizá-la de forma adequada quando for necessário.

Percebe-se que as pessoas que sofreram com a prática de preconceito linguístico, através da correção tanto na escola, como no seio familiar, consideram comum tais

práticas por entender que precisam aprender a falar corretamente para ter um bom emprego e um futuro digno.

Para Bagno (2009) não é coerente corrigir o outro na forma de falar, pois cada um sabe a sua língua, e tem conhecimento do que fala. “Todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. Saber uma língua, na concepção científica da linguística moderna, significa conhecer intuitivamente e empregar com facilidade e naturalidade as regras básicas de funcionamento dela” (BAGNO, 2009, p. 51).

Gráfico 9 – Análise sobre o que se considera feio ou errada nos tipos de sotaque.



Fonte elaborada pela autora (Dijane 2019)

Este gráfico acima de número 9 destaca a proporção discriminatória entre os alunos que consideram que existe sotaque “feio” e errado. Dentre eles 62% responderam que acham os sotaques feios, 25% disseram que não acha o sotaque feio e 13% não quiseram opinar.

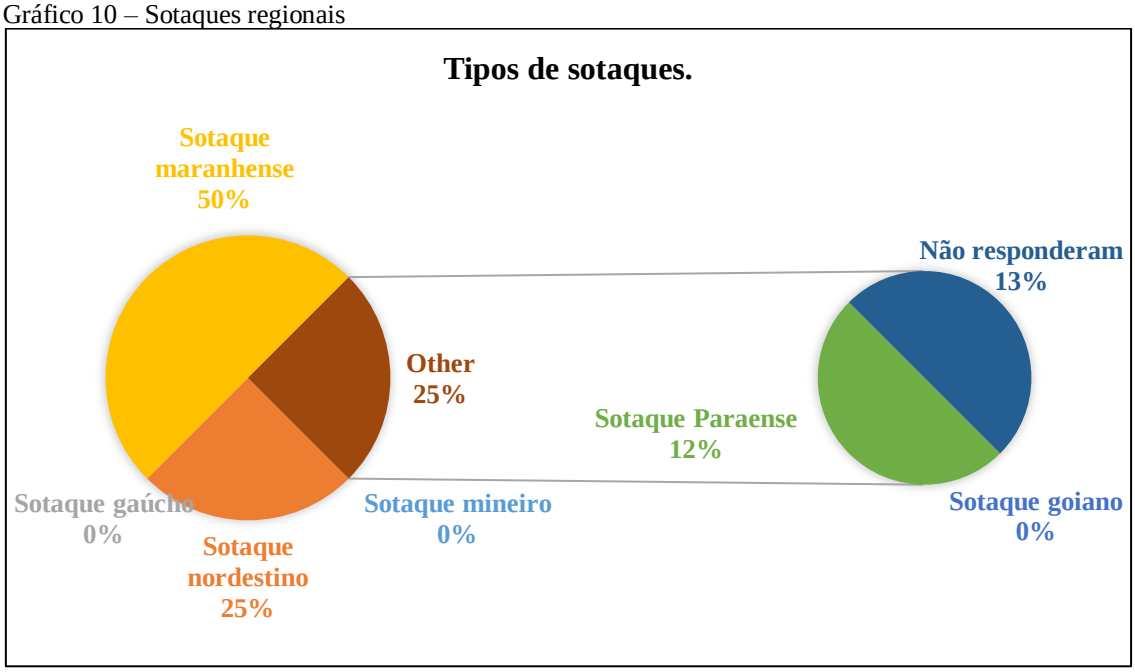
É perceptível o modo de como os alunos encara as variações linguística dentro do ambiente escolar. Na pesquisa realizada na escola alguns alunos destacaram que os sotaques são engraçados, esquisito, diferentes e estranho. São concepções adquiridas no dia a dia, com os familiares, pais, tios, avós, amigos dentre outros que não tem prática de dialogar sobre essas variações linguísticas existente no Brasil. Neste processo de construção de saberes, o ensino aprendizado das crianças, jovens e adultos em relação ao preconceito linguístico nas disciplinas de língua portuguesa não atende as expectativas da sociedade desvalorizando a língua materna.

Bagno (2007) reflete sobre as atitudes preconceituosas em relação aos fenômenos linguísticos sobre duas visões, a visão preconceituosa e a cientifica: uma estigmatiza as pessoas que trocam o R pelo L na oralidade, considerando-as como

atrasadas mentalmente por falar, por exemplo, Craudia em vez de Cláudia, ou pranta em vez de planta, e a outra vai comprovar que o que acontece é um fenômeno fonético que contribuiu para a formação da Língua Portuguesa em sua constituição padrão.

No gráfico abaixo de número 10 foi pesquisado quais os tipos de sotaques existente no Brasil que os alunos consideram feio ou errado.

Gráfico 10 – Sotaques regionais



Fonte elaborada pela autora (Dijane 2019)

Em relação ao gráfico acima de número 10, os sotaques considerados "feios ou errados" que mais se destacou na pesquisa entre os alunos foi o sotaque nordestino com 75%, sendo que destes 50% são maranhenses. Em seguida aparece os paraenses com 25%, já os que não quiseram opinar soma 13%. Partilhamos da mesma concepção de Bagno (2007) quando diz que:

> [...] o que está em jogo aqui não é a língua, mas a pessoa que fala essa língua e a região geográfica onde essa pessoa vive. Se o Nordeste é "atrasado", "pobre", "subdesenvolvido" ou (na melhor das hipóteses) "pitoresco", então, "naturalmente", as pessoas que lá nasceram e a língua que elas falam também devem ser consideradas assim...." (BAGNO,2007, p.44)

As questões sociais em que os sujeitos estão inseridos refletem em sua cultura, não só linguística, mas também de produção alimentícia, de vestes, e de costumes. Assim, se todos podem estar em contextos regionais diferentes, a sociedade nunca será homogênea, essa diferença precisa ser considerada nos espaços escolares, valorizando a cultura e os saberes regionais desmitificando e transformando opiniões diversas e significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao presente estudo, percebe-se que os alunos são paraenses apresentando um percentual de 56%, constatando que ainda é um nível baixo em relação as naturalidades em outros estados. Os pais dos alunos da escola possuem um nível mais elevado de escolaridade em que 36% dos pais terminaram o ensino médio mesmo assim, não influenciam na atenuação do preconceito linguístico, ou seja, as práticas de preconceitos linguísticos continuam acontecendo.

Assim, neste estudo observou-se que o preconceito existe tanto no contexto escolar quanto familiar, pois 37% dos alunos responderam que já sofreram algum tipo de preconceito em relação a forma de falar. Então, podemos detectar que o preconceito linguístico pode ocorrer tanto em ambientes escolares, familiares, quanto nas camadas menos desvalorizados socialmente como as camada desprestigiados como nos bairros periféricos, no campo, ribeirinhos, nas áreas indígenas entre outros.

A pesquisa destaca que a professora na sua metodologia em sala de aula, ainda corrige os alunos na maneira de falar. Para ela, isso possibilita ao aluno competir nas oportunidades de uma vida melhor e por um emprego digno que atendam aos requisitos impostos pela sociedade. Outro fator comum em que os fenômenos linguísticos que mais surgiram nas falas dos alunos foram “num tem”, “ocê”, “cê”, “tu”, “vamu”, “nois vai”, estas palavras são corrigidos tanto no âmbito escolar como em casa pelos pais por considerarem que assim poderão prestar vestibulares e serem cidadãos dignos. Por conta das deficiências do ensino fundamental e médio, limitam essas possibilidades de ter acesso aos exames públicos como o ENEM[10], e desencadeiam também mais amplamente um processo de exclusão dos jovens do campo no mercado de trabalho.

A variação linguística acontece em todas as esferas humanas devido ao comportamento verbais[11] e não verbais sendo que essa cultura linguística perpassa na em toda a sociedade. A língua está sempre em transformação por questões econômicas e sociais. Na escola, existe as práticas de preconceito linguístico, mas acontece de forma imperceptível por falta de conscientização devido as noções do falar “certo” vs ”errado”.

---

[10] ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)

[11] O comportamento verbal é um tipo de comportamento operante: ele altera o ambiente e é modificado por essas alterações. A diferença básica entre o comportamento verbal e os outros operantes (não-verbais) está no fato de que o comportamento verbal é um operante cujas consequências não guardam relações mecânicas com a resposta a que são contingentes. Essas consequências são providas através de um ouvinte, cujo comportamento foi previamente treinado por uma comunidade verbal. O comportamento verbal é, portanto, comportamento operante e é mantido por consequências mediadas por um ouvinte que foi especialmente treinado pela comunidade verbal para operar como tal (Barros 2003).

Nesse sentido, faz-se necessário que a escola adquira recursos comunicativos que lhe permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais linguísticas.

É importante destacar o reconhecimento das variações linguística como parte constitutiva da aprendizagem plural de língua, enfatizando que desse modo não haverá propagação do preconceito linguístico

Compreender que a educação no Brasil desde sua colonização, impulsiona uma vasta riqueza cultural geográfica e linguística, pois deve ser tratada de acordo com os diferentes modos de pensar e agir, conforme o contexto social.

Uma das possibilidades de tornar os alunos competentes para o acesso à cultura linguística plural, seria oportunizando – os, para que exerçam a própria cidadania com os mesmos instrumentos disponíveis que os falantes pertencentes às classes sociais com maiores prestígios. Portanto é imprescindível destacar a importância da formação de educadores com intuito de (re)conhecer as origens das famílias dos alunos, possibilitando refletir sobre novas práticas metodológicas para um ensino plural de língua a partir do contato. Buscando compreender o contexto social das famílias através de projetos de pesquisa de campo que envolvam a comunidade escolar, contribuindo com a transformação social desses sujeitos. É importante repensar os processos avaliativos de forma a incentivar os alunos como sujeitos participativos e agentes transformadores dessa sociedade a qual estão inseridos.

Ter consciência que ensinar o aluno em sala de aula a refletir sobre seu espaço na sociedade, gerando expectativas na construção de caráter que esteja sedimentados na ética e na moral

O educador e a escola precisam estar preparados para criar possibilidades que envolvam esses alunos e as famílias fazendo com que eles se sintam como sujeitos agentes transformadores sociais da realidade e preparando assim juntamente esses alunos para o mercado de trabalho e a vivencia em sociedade.

Portanto trabalhar a diversidade linguística juntamente com a família-escola-sociedade, sem distinção de cor, raça e religião na valorização dos saberes regionais contribui para uma sociedade menos preconceituosa. Nesta perspectiva compreender que a língua não é estática, mas a escrita deve seguir as regras normativas

Neste processo de construção dos saberes é necessário que haja conscientização sobre a valorização por parte tanto da escola como dos sujeitos envolvidos no processo de ensino/aprendizado, desmistificando acerca do preconceito linguístico. E que as práticas pedagógicas nas escolas possibilitarão aos professores e alunos desenvolver

projetos de pesquisa através de eixos temáticos sobre o contexto social de sua realidade, descobrindo e valorizando as origens linguísticas de forma prazerosa e significativa ajudando os alunos a serem poliglotas da própria língua.

Para o profissional de linguagens será sempre um desafio ensinar, perpassando o sistema educacional de forma que atenda aos anseios de uma sociedade com menores oportunidades de acesso à cultura falada, que determina a norma culta. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre as práticas educacionais, orientando a sociedade sempre como seres capazes de absorver e transformar o meio em que vive de maneira prazerosa e cheia de significados, mesmo com as adversidades que a vida tem

Portanto o resultado dessa pesquisa mostrou que o preconceito linguístico é evidente no âmbito escolar e familiar por questões sociais, políticas e econômicas, e isso não contribui com o desenvolvimento da sociedade. Cabe refletir sobre o papel da escola como espaço de trocas de saberes e experiências. Nesses espaços, é de extrema importância ter projetos e programas no debate contra o preconceito linguístico, pois é nela, como espaço de convívio social e institucional, que os alunos estão em contato com os sujeitos, com a gramática normativa, a língua materna e as variedades regionais. É nela que os sujeitos podem compreender o funcionamento do dinamismo linguístico, pois as atitudes podem mudar os comportamentos humanos, dando valoração à cultura linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, A.; RIBEIRO, B. **Não é errado falar assim**: uma análise do discurso de Alexandre Garcia sobre o livro Por uma Vida Melhor. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

BAGNO, M. **Português ou Brasileiro**. São Paulo: Parábola editora, 2001.

BAGNO, M. **A norma oculta:** língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**: O que é como se faz, 49ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 176 p.2007.

BALZAN, N. C. **Supervisão e didática**. Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola 13, 1982.

BARROS, R. S**. Uma introdução ao comportamento verbal**. Artigo, Rev. bras. ter. comport. cogn. vol.5 no.1 São Paulo jun. 2003. Acessado dia 14 de setembro de 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000100008. Acesso em: 14 set. 2020.

BELINE, R. **A variação Linguística**. In: FIORIN, José L. (org). Introdução à Linguísticas: Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTAR, M.; BITTAR, M. **História da Educação no Brasil:** a escola pública no processo de democratização da sociedade, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: A sociolinguística na sala de aula- São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós cheguemu na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. [et al]. **Formação do Professor como Agente Letrado.** São Paulo: Contexto, 2010.

BRITO, A. X. de; LEONARDOS; A. C. **A identidade das pesquisas qualitativas**: construção de um quadro analítico. Cadernos de Pesquisa, Campinas, n. 113, p. 7-38, jul. 2001.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociedade**, Rés Editora. Porto.1978.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós/ Carlos Alberto Faraco. Ed. São Paulo: Editora Parábola, 2008, 200p.

FERNANDES, C. **Língua Geral no contexto do Brasil Colonial**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/lingua-geral-no-contexto-brasil-colonial.htm. Acesso em 16 de fevereiro de 2020.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P**. Pedagogia do Oprimido**, 17 edição; Rio de Janeiro, 1987.

FREIRE, P**. Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTINS, N.; MORAES, D. A. F.; SANTOS, A. R.J. **Concepção Docente:** A prática Pedagógica em questão. II Seminário de Pesquisa da CEMAD. Disponível em: www.uel.br › eventos › jornada didática › pages › arquivos › CONCEPCAO. Acesso em: 27-12-2019.

Nogueira, A. F. **Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa na escola Nova Canaã**. 2019. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Educação do Campo Letras e Linguagens). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, — Marabá. 2019.

SANTOS, J. P. **O preconceito linguístico no âmbito escolar:** análise de situações preconceituosas em duas escolas distintas da cidade de Sinop/MT. Trabalho de Conclusão de Curso. – UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. Campus Universitário de Sinop. 2015. 72 f.

SILVA, F. E.; ESTEVAM, T. C. **Variação linguística na sala de aula**: uma proposta de análise por meio de textos dissertativos /--Bebedouro: Fafibe, 2009,37 f. ; 29,7 cm.

SILVA, I. S. **Migração e cultura no sudeste paraense**: Marabá (1968-1988). Goiânia, 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SOARES, M. **Linguagem e escola uma perspectiva social**, 17ªed.Ática, 2008, 8-16p.

UNIFESSPA. **Projeto Pedagógico do Curso**. **Licenciatura em Educação do Campo**. Marabá, 2014.

VELHO, G. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.